



Sem respaldo técnico e de lei estadual, Cascavel 'derruba' uso de máscara

A decisão não foi unânime, mas, a maioria (14 a 6) dos vereadores de Cascavel aprovou em primeiro turno de discussão e votação o projeto 29/2022 que retira a obrigatoriedade do uso de máscaras em locais abertos. Proposto pelo vereador e presidente da Câmara, Alécio Espínola (PSC), o projeto recebeu a assinatura de mais 12 parlamentares e retorna hoje (15) para a votação final e, se aprovado, segue para

sanção do prefeito Leonaldo Paranhos. A Secretaria de Saúde de Cascavel informou que irá aguardar o posicionamento da Secretaria de Saúde do Paraná, já que existe discussão da lei estadual que determinou o uso obrigatório de máscara. Questionado pela reportagem do jornal O Paraná se irá sancionar o projeto, o prefeito Paranhos não se manifestou até o fechamento desta edição. **| Política 3**

COMBUSTÍVEIS

Quem antecipou o reajuste pode ser multado em até R\$ 11 milhões

| Economia 7

HIPERTENSÃO

Mesmo com impurezas, remédios são seguros, diz Anvisa

| Geral 2

PARANÁ

Usuários terão '0800' para buscar atendimento nas rodovias

| Geral 4

COPA DO BRASIL

Desafio para Serpente é tão grande quanto a viagem

| Esportes 16



Pichação, depredação e furtos. Infelizmente, Cascavel tem convivido com vandalismo que custa caro para população. A Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Cascavel tem orçamento de R\$ 1 milhão anual somente para registro de preços para compra de materiais e reparos nas estruturas públicas. Ontem, a Prefeitura concretou as caixas de passagens de cabos de energia em parte da Avenida Brasil para dificultar ação dos criminosos. **| Geral 6**



ALLWAYS

Chegou Fosfo500 no Paraguai.



Fosfoetanolamina (Acima de 90% de pureza)

- Cálcio
- Magnésio
- Zinco

www.fosfo500.com

PELO
PARANÁADIPR
Associação dos Jornais
e Portais do Paraná**Vamos ao Senado!**

O deputado estadual Guto Silva se filiou ao partido Progressistas e confirmou sua pré-candidatura ao Senado Federal. “Coloquei duas condições para me filiar ao Progressistas. A primeira era o partido estar junto com o governador Ratinho Junior nas próximas eleições. E a segunda era me permitir construir minha pré-candidatura ao Senado. E isso me foi garantido.”

Super-sábado

Três grandes partidos fizeram encontro neste sábado, 12, em Curitiba com dezenas de filiações. O governador Ratinho Júnior bateu cartão nos encontros do PP e do PSD. O PP anunciou as filiações da deputada Christiane Yared, da vereadora Julieta Reis, dos deputados Pedro Lupion, Tião Medeiros, Guto Silva e Evandro Roman, do ex-lutador de MMA, Wanderlei da Silva e da ex-tenista Gisele Miró.

No PSD

No encontro do PSD, com a presença do presidente nacional, Gilberto Kassab, o partido anunciou a filiação das deputadas Luísa Canziani e Leandre Dal Pont e do deputado Luiz Nishimori.

Leilão PNI

Termina nesta quarta-feira (14) o prazo para que os interessados na concessão do Parque Nacional do Iguaçu envelopes com as propostas. O vencedor será anunciado após o leilão na Bolsa de Valores do Brasil (B3), com a abertura dos envelopes. O novo gestor do Parque Nacional do Iguaçu terá direito estendido pelos próximos 30 anos. Atualmente quem administra o parque é a concessionária Cataratas do Iguaçu S/A.

Lista divulgada

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) divulgou a lista de espera do SiSU de 2022. A lista, dividida por curso, está disponível no site da Coordenadoria de Processos Seletivos (Cops). A UEL oferece 616 vagas pelo Sisu e outras 2.509 por meio do vestibular, somando 3.125 vagas em 52 cursos de graduação. Os aprovados devem fazer a

pré-matricula até 18 de março na página da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd).

Candidato

No encontro do MDB com a presidenciável Simone Tebet, o subchefe da Casa Civil, Ademir Bier, adiantou que vai disputar a Assembleia Legislativa. Bier teve cinco mandatos – dois por suplência – no legislativo estadual. A chapa de candidatos a deputado estadual e federal está sendo costurada pelo ex-deputado Renato Adur.

É o Darci mesmo

Deputados da base de Ratinho Júnior (PSD) já admitem que o atual vice-governador Darci Piana (PSD) vai continuar na chapa de reeleição do governador. Com o apoio de 16 partidos, Ratinho Junior evita, dessa forma, qualquer disputa e desgaste entre os apoiadores.

Não pode

A lei eleitoral proíbe a divulgação de consultas de candidatos nas eleições de outubro. Desde 1º de janeiro, só podem ser divulgadas pesquisas devidamente registradas no TSE. O MPE já está orientado a ficar de olho nas consultas divulgadas em rádios, sites, portais, jornais e TVs. A multas começam com R\$ 5 mil até a suspensão (tirar do ar), os veículos de comunicação que desrespeitarem a lei.

Ficha limpa

O STF manteve as decisões que afastaram das disputas eleitorais os candidatos condenados pela Lei da Ficha Limpa. A inelegibilidade vale pelos anos determinados – geralmente de cinco a oito anos – desde a promulgação da sentença pelo TSE.

Hipertensão: Apesar de impurezas, remédios são seguros, afirma Anvisa

Cascavel – A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) recebeu ontem (14) alertas internacionais relacionados à presença de impurezas conhecidas como “azido” no insumo farmacêutico ativo presentes na losartana potássica e em outros fármacos pertencentes à classe das sartanas, utilizados na fabricação de medicamentos para o tratamento de hipertensão arterial, a famosa “pressão alta”. As nitrosaminas são compostos comumente encontrados na água, em alimentos defumados e grelhados, laticínios e vegetais. A exposição a esses compostos dentro de limites seguros representa baixo risco de agravos à saúde. No entanto, acima de níveis aceitáveis e por longo período, a exposição às nitrosaminas pode aumentar o risco da ocorrência de câncer.

Ainda de acordo com a Anvisa, os pacientes não devem interromper o tratamento, a menos que tenham

sidado aconselhados pelo seu médico e somente devem trocar de medicamento quando já tiverem o novo em mãos, pois a interrupção do tratamento da hipertensão pode produzir malefícios instantâneos, inclusive risco de morte por derrame, ataques cardíacos e insuficiência renal.

AÇÕES

Conforme a Anvisa, eles vêm adotando uma série de medidas após a detecção dessas impurezas e reiteram que os medicamentos contendo ‘sartanas’ são seguros e eficazes no controle do tratamento de hipertensão e insuficiência cardíaca, reduzindo significativamente o risco de derrame e infarto”.

Desde 2018, a Anvisa e outras agências reguladoras em todo o mundo ficaram cientes da presença de nitrosaminas acima dos níveis permitidos em medicamentos da classe das sartanas, e adotaram medidas para o controle sanitário desse tipo de

impureza. No Brasil, as ações de controle promovidas pela Anvisa foram iniciadas com inspeções em 30 empresas fabricantes de medicamentos, nas quais foram inspecionados 111 produtos. Como resultado, 31 ações sanitárias foram efetuadas, incluindo interdições, suspensões e recolhimento de medicamentos.

A Anvisa notificou os demais detentores de registro desse medicamento para avaliarem a potencial existência dessa impureza em seus produtos e aguarda o envio da documentação complementar. Até o momento, os recolhimentos publicados são uma medida de precaução, iniciada pelas próprias empresas, pois não existem dados para sugerir que o produto causou uma mudança na frequência ou natureza dos eventos adversos relacionados a cânceres, anomalias congênitas ou distúrbios de fertilidade. Assim, segundo a Anvisa, não há risco imediato em relação ao uso dessa medicação.

Covid-19: Semana começa com vacina para adultos

Cascavel - A Secretaria Municipal de Saúde de Cascavel começou a semana com a vacinação para os adultos. Nesta terça-feira (15) a segunda dose será para os vacinados com a primeira até o dia 22 de fevereiro e a terceira dose para os vacinados com a segunda até o dia 15 de novembro. Já na quarta-feira (16) a segunda dose é para os vacinados com a primeira até o dia 23 de fevereiro e a terceira dose para os com a segunda até o dia 16 de novembro.

Na quinta-feira (17) e na sexta-feira (18) ocorre a imunização para as crianças, de 5 a 11 anos sem a necessidade de agendamento prévio. Nestes dias não ocorre a imunização de adultos. As crianças devem ir até uma unidade de saúde acompanhada pelos pais e com a carteira de vacinação, sendo que não podem ter

tomada nenhuma outra vacina num prazo de 15 dias e levar documento pessoal.

Em Cascavel, 16.740 crianças já tomaram a vacina contra a Covid-19 de um total de 26.600 que podem ser imunizadas. Além disso, 139 delas já tomaram a segunda dose.

MAIS DOSES

A Secretaria de Estado da Saúde distribuiu nesta segunda-feira (14), mais 153.572 imunizantes contra a Covid-19 para as 22 Regionais de Saúde, com vacinas da Pfizer para adultos e crianças e AstraZeneca. Para o público infantil são destinadas 138.500 doses Pfizer. Dessas, 72.000 são para exclusivamente para primeira dose em crianças de 5 anos, 4.400 para segunda dose do público de 5 a 11 anos que iniciou o esquema vacinal na 1ª remessa de distribuição

e 62.100 vacinas para aquelas que iniciaram a imunização na 2ª remessa.

De acordo com o secretário de estado da Saúde, Beto Preto, em todo estado foram vacinadas 678 mil crianças, mas que o objetivo é chegar a mais de 1 milhão de doses aplicadas. “E, por isso, estamos descentralizando as vacinas assim que chegamos. Iniciamos mais uma semana com a esperança de que mais crianças e a população em geral sejam completamente imunizados”, reforçou.

falecimentos

Joselia Petranski de Oliveira (66)
Jociel Rosa da Silva (26)

Óbitos registrados ontem, até às 17h, pela Aceso, em Cascavel

expediente
DESDE 15 DE MAIO DE 1976

O Paraná

Direção-Geral
Clarice RomanEditor-chefe
Paulo Alexandre de Oliveira
editoria@oparana.com.br
www.oparana.com.br

Jornal Oparana S/A CNPJ: 21.819.026/0001-36

Redação, administração, publicidade e oficinas
Rua Rio Grande do Sul esquina com Uruguai, 2.601 - Cascavel - PR
CEP 85.801.011 - Caixa Postal 761
Telefone Central (45) 3321-1000

Emails

redacao@oparana.com.br

comercial@oparana.com.br

assinaturas@oparana.com.br

REPRESENTANTE NACIONAL

Merconet
(41) 3079-4666

Da Redação ADI-PR Curitiba
Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Máscara: mesmo sem 'aval' da saúde, Câmara derruba uso obrigatório

Cascavel – Mesmo sem nenhuma recomendação de algum órgão técnico de saúde, a Câmara de Cascavel aprovou ontem (14), em primeiro turno de discussão e votação o PL 29/22, que retira a obrigatoriedade do uso de máscaras em locais abertos em Cascavel. Entretanto, o texto não foi aprovado por unanimidade, o placar foi de 14 votos favoráveis a 6 contrários.

Idealizado pelo vereador e presidente da Câmara, Alécio Espínola (PSC), o projeto recebeu a assinatura de mais 12 parlamentares e retorna nesta terça-feira (15) para a votação final e, caso aprovado, segue para sanção do prefeito Leonaldo Paranhos. “O projeto vem de um apelo popular. A população não aguenta mais usar máscara em um momento que a pandemia desacelerou e o projeto é retirar as máscaras em ambientes ao ar livre”, enfatizou o presidente.

Já os vereadores que votaram contra o projeto, argumentaram que não cabe ao Poder Legislativo apresentar uma proposição que trata de medida sanitária e que isso caberia ao Executivo, após parecer técnico da Secretaria de Saúde, posição que foi defendida pelo líder de Governo, Pedro Sampaio (PSC), que também foi o relator

do texto na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e deu parecer contrário à constitucionalidade do PL.

“Acredito que há impedimento quanto a iniciativa do projeto. Considerando as questões técnicas, atribuição para dispor sobre os impactos do vírus, o trabalho de combate o órgão responsável é a Secretaria de Saúde, ou seja, o Executivo. Como é o gestor da pasta, é o Executivo que edita. Nós seguimos a lei estadual, a lei federal e quando falamos em saúde pública, nós não podemos adentrar ao mérito aqui, principalmente em uma questão pandêmica. Então o rigor técnico para essas medidas é o Comitê de Enfrentamento a Covid e a Secretaria de Saúde”, explicou o vereador.

Sampaio ainda falou que o governo do Estado já discute a possibilidade da flexibilização no uso de máscaras, por conta disso, Cascavel não precisava se precipitar para analisar esse tema. “Além disso, foi encaminhado um projeto na Assembleia Legislativa pelo governo do Estado que flexibilizará as máscaras no máximo até quarta-feira.”

“PRECIPITADO”

Outros parlamentares se manifestaram afirmando que consideram ainda cedo para

essa flexibilização, citando dados de entidades como a Fiocruz.

O vereador Dr. Lauri (Pros), afirmou que o parecer sobre o uso de máscaras deveria partir de um órgão de saúde e não um órgão político. “Eu entendo que esse parecer deva partir das autoridades sanitárias e não das autoridades legislativas nesse momento. Precisa ter o fundamento, a partir da hora que tivermos um parecer das autoridades sanitárias eu irei votar favorável”, disse o vereador.

Segundo a proposição, o uso obrigatório de máscara continuaria a valer para locais fechados, como transporte público, escolas, supermercado, bancos, e demais espaços que não possuem ventilação. A lei também não se aplicaria às pessoas infectadas ou com suspeita de estarem com coronavírus.

A secretaria de Saúde de Cascavel informou que irá aguardar o posicionamento da Secretaria de Saúde do Paraná, já que existe lei estadual que determinou o uso obrigatório de máscara. Questionado pela reportagem do jornal O Paraná se irá sancionar o projeto, o prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos, não se manifestou até o fechamento desta edição.

Novo sistema de transporte de Foz já está em operação

Foz do Iguaçu - Os ônibus da Viação Santa Clara, empresa que vai operar o transporte público urbano em Foz do Iguaçu, já começaram a circular pela cidade. Nos primeiros dias de implementação do novo sistema, os horários e rotas dos veículos seguem os mesmos e, gradativamente, o Foztrans irá implementar melhorias para os usuários.

A tarifa do transporte coletivo também foi mantida pela Prefeitura de Foz do Iguaçu em R\$ 4,10. Mas, até que seja instalado o novo sistema de bilhetagem eletrônica, o Foztrans faz um alerta: os usuários precisarão nestes primeiros dias fazer o pagamento da

passagem em dinheiro.

INTEGRAÇÃO E TARIFA

Até que a implementação do sistema de bilhetagem, fica garantida aos usuários a integração física entre as linhas de ônibus no Terminal de Transporte Urbano - TTU. “Assim que for concluído o novo sistema, além de retornar a integração em todas as linhas, ainda será estendido o tempo de 1h para 1h30, porque muitos usuários reclamavam que o período era insuficiente”, explicou o presidente do Foztrans, Licério Santos.

Os estudantes que possuem direito à meia entrada da passagem continuarão usufruindo do direito. Para isso, deverão

apresentar a carteirinha de estudante ou o cartão Único como identificação.

Idosos, pessoas que possuem necessidades especiais e demais usuários que possuem isenção da passagem do transporte também terão os direitos garantidos. Para isso, deverão apresentar o cartão Único como documento de identificação no momento do embarque.

A Prefeitura de Foz do Iguaçu liberou as catracas dos ônibus ontem (14), o que significa que a tarifa não foi cobrada dos usuários. O objetivo é evitar transtornos à população no primeiro dia útil de operação da nova empresa.

Informe da redação

editoria e colaboradores

PP Reforçado

O PP (Partido Progressistas) confirmou o protagonismo na política estadual em evento de filiação realizado em Curitiba. Foram formalizadas 14 novas filiações.

O evento contou com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP), do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), do líder do governo na Câmara, deputado federal Ricardo Barros (PP).

Filiações

Entre os novos filiados ao PP estão o ex-secretário da Casa Civil, Guto Silva, que veio do PSD e vai disputar o Senado; o deputado federal Pedro Lupion, que estava no Democratas; Abelardo Lupion; o deputado estadual Tião Medeiros, que veio do PTB e vai disputar a Câmara Federal; a deputada federal Christiane Yared, que deixou o PL; o deputado federal e ex-árbitro de futebol Evandro Roman, oriundo do Patriota; e também ídolos do esporte, como a ex-tenista Gisele Miró e o multicampeão do UFC, Wanderlei Silva.

Aliança com o PSD

O evento de filiações do (PP) também contou com a presença do governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), reforçando a aliança entre o PP e o PSD para as eleições de 2022. Além do reforço na aliança entre as siglas, o PP ganha um reforço de bancada, já que, com as filiações o PP passou a ter cinco integrantes na Câmara dos Deputados e outros cinco na Alep.

Fora do PDT

O deputado estadual Nelson Luersen, representante da região Sudoeste, está deixando o PDT. O parlamentar ainda não informou qual será o novo destino, mas segundo informações, pode ser o PSD do governador Ratinho Junior.

Bancada Diminuindo

Antes de Luersen, o PDT paranaense já havia

perdido o deputado estadual Marcio Pacheco, que migrou para o partido Republicanos. Com a saída de Nelson Luersen, a bancada estadual pedetista fica restrita ao deputado Goura Narataj.

PL pelo PSD

O deputado federal paranaense Luiz Nishimori está deixando o Partido Liberal (PL), do presidente Jair Bolsonaro, para entrar no Partido Social Democrático (PSD), do governador do Paraná, Ratinho Junior. O ato de filiação no novo partido está marcado para o próximo dia 25, em Maringá. Kassab e Ratinho Junior confirmaram presença.

Cidadania benemérita

A Alep iniciou ontem (14) a votação do PL 22/22 que concede o título de cidadão benemérito do Paraná ao diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Anatalício Ridsen Junior. O projeto de lei é de autoria da deputada estadual Maria Victória (PP) e do deputado Elio Rush (União Brasil). Maria Victória é filha da ex-governadora Cida Borghetti, atual conselheira da Itaipu.

Caminhada pela Paz

A OAB Paraná promove no próximo dia 19 de março em Curitiba, “Uma caminhada pela paz” em solidariedade ao povo ucraniano. A concentração do ato público terá início às 10 horas, na Praça Santos Andrade. Às 10h30, os manifestantes caminharão até a Boca Maldita, onde nova concentração está prevista para as 11h30.

PSOL e Rede

Em decisão unânime, a diretoria da Rede Sustentabilidade aprovou a federação partidária com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) para as eleições de 2022. A tendência é que as duas siglas apoiem a candidatura à Presidência do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).



Leite em banho-maria

Nem tudo está azeitado para a filiação do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), ao PSD de Gilberto Kassab. O tucano é metódico e, antes de embarcar na pré-candidatura presidencial, quer um "raio x" do apoio interno e das eventuais alianças nos estados. No Sul e Sudeste, o governador gaúcho é unanimidade dentro do PSD. Mas ainda enfrenta resistências de caciques do partido principalmente no Nordeste.

Arestas

Gilberto Kassab, que se reúne hoje com o tucano para retomar as conversas de filiação, promete aparar todas as arestas.

Alternativa

O mote da campanha de Leite – na linha "alternativa à polarização" – já está sendo gestado pelos marqueteiros do PSD.

Passado

Ex-governador e ex-senador, Roberto Requião já disse que "o PT gosta mais de lotear cargos e do poder". Pois é ao PT que ele se filia na sexta, em Curitiba, com a presença do ex-presidente Lula.

Fritura

O presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, sofre na pele o mesmo processo de fritura de seu antecessor, Roberto Castello Branco, demitido do comando da estatal pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) após sucessivos aumentos no preço dos combustíveis. Sem exceção, líderes políticos aliados do Planalto rechaçaram e colocaram na conta de Silva e Luna a responsabilidade pelo mega-aumento dos preços da gasolina e do diesel.

Insensível

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é uma das vozes mais críticas à "insensibilidade" de Silva e Luna. Embora pressionado pela ala política, Bolsonaro - em atitude inusual - dá mais ouvidos aos conselheiros econômicos e, por ora, mantém o general onde está.

Marielle

Um ato simbólico e uma sessão solene serão realizados hoje na Câmara dos Deputados para homenagear a vereadora Marielle Franco e seu então motorista Anderson Gomes, ambos brutalmente assassinados há 4 anos na cidade do

Rio de Janeiro. O executor, Ronnie Lessa, continua numa omertá digna de mafiosos: não entregou ninguém.

Mineração

Surtiu efeito a pressão de artistas no Senado contra o projeto que libera a mineração em terras indígenas. Mesmo que seja votado na Câmara, ainda sem previsão, senadores de oposição e até governistas já sinalizaram que não vão cancelar o texto.

Inquéritos

A Polícia Federal instaurou 827 inquéritos em 2021 para investigar crimes licitatórios (Lei 8.666/93). Esse é o menor número de inquéritos abertos para esse tipo de crime pelo menos desde 2008, início da série histórica. Os dados foram obtidos pela agência de dados Fiquem Sabendo, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Clã

O clã Roriz, tradicional família política do DF e do Goiás, embarcou no PL de Valdemar Costa Neto e Jair Bolsonaro. A ministra Flávia Arruda (Secretaria de Governo) intermediou a filiação da viúva, filhas e outros parentes do ex-governador Joaquim Roriz.

Desorientado

Integrantes do Movimento Brasil Livre (MBL) anunciam, nos próximos dias, desfiliação do Podemos, partido de Sergio Moro. Isolados após o escândalo do boquirroto Arthur do Val, ainda não definiram qual rumo vão seguir nas eleições deste ano.

Carvão

O PSB, a Rede e o Psol entram com uma ação no STF contra a lei federal 14.299, que prorroga até 2040 os subsídios ao carvão mineral para a geração de energia elétrica. Segundo os partidos, a lei viola normas internacionais, como o Acordo de Paris, e o regime jurídico de proteção ao meio ambiente.

Estado lança 0800 para atender as ocorrências no "Anel de Integração"

Curitiba - O DER-PR (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná) está disponibilizando, a partir de agora, o número 0800-400-0404 para o atendimento de usuários das rodovias federais e estaduais do antigo Anel de Integração em casos de acidentes, pane, quedas de carga, animais na pista, materiais na pista, buraco no pavimento, entre outros.

O telefone é válido para todas as regiões do Estado e completamente gratuito para o usuário. As chamadas serão recebidas pelo COI (Centro de Operações Integradas) do DER-PR, que conta com uma equipe treinada para prestar o apoio necessário, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive em feriados.

O serviço está disponível nas rodovias dos antigos lote 2 (Viapar), lote 3 (EcoCatartas), lote 5 (Rodonorte) e lote 6 (Ecovia). No caso dos lotes 1 e 4, as concessionárias de pedágio permanecem realizando os atendimentos com suas próprias centrais, graças a acordos judiciais firmados com o DER/PR.

Ao receber uma ligação, o COI irá acionar o serviço necessário, como o guincho mecânico, para atender ao usuário, já informando o tempo estimado de espera para chegada do veículo, no caso de serviços de operação de tráfego rodoviário do DER-PR. O COI também irá realizar o direcionamento da chamada caso o atendimento caiba a outros órgãos, como Polícia Rodoviária, Polícia Civil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, SAMU, DNIT e IAT (Instituto Água e Terra).

O investimento no COI, que inclui equipamentos, equipe, treinamentos e todos os aspectos tecnológicos necessários para monitorar as rodovias e atender os usuários é de R\$ 10.999.999,08, com duração de um ano. O serviço deve continuar mesmo com o início das novas concessões, mas em outras rodovias. "Em algum momento, quando as novas concessões chegarem, a intenção é migrar esse serviço para as nossas rodovias de maior tráfego", explica o diretor-geral do DER-PR, Fernando



Furiatti. "Temos um 0800 que vai centralizar as informações e disso vamos abrir um leque – como o gerenciamento do pavimento, o tempo de viagem em aplicativos".

O atendimento ao usuário será principalmente pelo número 0800-400-0404, com outras opções, como o aplicativo WhatsApp, já sendo trabalhadas para disponibilização em breve. O COI também irá iniciar em breve a publicação de boletins informativos sobre a situação das rodovias, alertando os usuários quanto a situações que afetam o trânsito de veículos tanto de forma pontual (acidentes, queda de barreira, alagamentos) quanto de forma programada (serviços de conservação, execução de obras).

GUINCHOS

O trabalho do COI será totalmente integrado aos serviços de operação de tráfego rodoviário também contratados pelo DER-PR. São serviços de guincho leve e pesado, para desobstrução de pista e remoção de veículos, além de operações de atendimento mecânico, como troca de pneus, carga elétrica, entre outras.

Os contratos preveem também a inspeção de tráfego, com equipes específicas para percorrer 100% da malha do Anel de Integração ao menos três vezes ao dia, verificando a necessidade de assistência aos usuários, inspecionando as pistas e participando ativamente na ocorrência de neblina, incêndios, acidentes e outras situações, providenciando sinalização de emergência, desvios de tráfego e demais apoios. As informações são enviadas ao COI e alimentam o sistema de

gestão do centro.

Serão realizados ainda serviços de apoio ao Corpo de Bombeiros no combate a incêndios nas áreas próximas às rodovias, com fornecimento de caminhões pipa; e atendimento a incidentes com animais soltos nas pistas, com orientação aos usuários e a captura e transporte dos animais utilizando equipamento apropriado, como caminhão boiadeiro. As equipes utilizam algumas das edificações das antigas concessionárias de pedágio, que passaram a ser patrimônio público.

Foram contratados serviços para atender o antigo lote 2 (Viapar), lote 3 (EcoCatartas), lote 5 (Rodonorte) e lote 6 (Ecovia), um investimento de R\$ 66.474.998,4, com prazo de duração de um ano. No caso dos lotes 1 e 4, as concessionárias de pedágio permanecem realizando os atendimentos aos usuários com suas próprias centrais, em decorrência de acordos judiciais firmados com o DER-PR.

CONSERVAÇÃO

O DER-PR também licitou e contratou, já no ano passado, os serviços de conservação do pavimento e faixa de domínio das rodovias estaduais que antes estavam concedidas. O investimento é de R\$ 93,5 milhões para atender 964,52 quilômetros durante dois anos.

São cinco contratos, conforme as superintendências regionais do DER/PR: Lote 1 – Região Metropolitana de Curitiba e Litoral: 153,75 quilômetros; Lote 2 – Campos Gerais: 306,48 quilômetros; Lote 3 – Norte: 230,29 quilômetros; Lote 4 – Noroeste: 200,99 quilômetros; e Lote 5 – Oeste: 73,01 quilômetros.

Presidente do Senado cobra 'função social' da Petrobras contra altas

Brasília - O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, fez crítica a Petrobras nesta segunda-feira (14) e disse que o Congresso Nacional tem levantado algumas discussões no sentido de exigir a "participação" da estatal para reduzir esse impacto, na condição de empresa que tem "função social". As declarações de Pacheco foram dadas durante participação dele em evento com o setor empresarial, em Belo Horizonte. "A Petrobras tem hoje uma lucratividade na ordem de três vezes mais que suas concorrentes, dividendos bilionários. Óbvio que é muito bom que isso aconteça, mas não pode acontecer em prejuízo da população brasileira que abastece seus veículos ou que precisa de transporte coletivo", disse, ao lembrar que a empresa possui participação da União.

Pacheco ressaltou ainda que o Senado tem buscado medidas alternativas para reduzir o preço do combustível, como os dois projetos aprovados pela Casa na semana passada (o PLP 11/2020 e o PL 1.472/2021). Na avaliação dele, até mesmo a diplomacia brasileira deve ser usada para buscar soluções "não só para essa questão do preço dos combustíveis, mas para o crescimento econômico do Brasil, que exige e precisa de investimentos internacionais", acrescentou.

INSS: agências voltam agendar presencialmente e a tirar dúvidas

Cascavel - Com uma acalmada nos números da pandemia aos poucos os atendimentos começam a ser retomados de forma presencial, como é o caso do INSS que retomou a partir de ontem (14) o serviço de agendamento presencial nas agências de todo o país. As agências também retomaram o atendimento presencial para retirar dúvidas dos usuários, sem a necessidade de prévio agendamento.

Caso prefira o atendimento

COMANDO DA EMPRESA

Questionado se a solução para a política de preços dos combustíveis no país passava pela troca de comando da empresa, Pacheco disse ser essa uma questão do Poder Executivo, mas que acredita na retidão do general Joaquim Silva e Luna. "Nós temos é que trabalhar com ideias, com sugestões, com iniciativas independentes de quem esteja no comando. Eu tenho absoluta convicção da retidão do general que preside a Petrobras, e o que nós esperamos dessa diretoria é que ela tenha a sensibilidade social de uma empresa que tem participação pública e que precisa ter o cumprimento da sua função social", disse, completando que "o lucro é muito importante para a empresa, a remuneração dos seus diretores também o é, mas é muito importante que ela possa, eventualmente, reverter esse lucro muito acima da média para a própria população, através de mecanismos próprios para isso".

Parlamentares têm questionado o lucro recorde da Petrobras. No ano passado, a estatal registrou lucro líquido recorde de R\$ 106,6 bilhões. Por causa dos resultados, a empresa vai distribuir US\$ 37,3 bilhões aos acionistas — entre eles, a União —, como dividendos. Na quinta-feira (10), a Petrobras anunciou aumento de 25% no

preço da gasolina e do diesel, e 16,06% no gás liquefeito de petróleo (GLP), seguindo as altas internacionais.

"BAGUNÇA"

Para o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou ontem que intervenção no preço dos combustíveis "sempre termina em bagunça". Mourão também disse não acreditar que o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, deixe o cargo diante da pressão dos reajustes: "Ele [Luna e Silva] é resiliente. Sempre foi. Bom nordestino, ele aguenta pressão".

Mourão já tinha defendido, na semana passada, a criação de um subsídio para controlar o preço dos combustíveis. Ele sugeriu que fossem utilizados dividendos e royalties para evitar uma alta maior.

No último sábado, questionado sobre a política de preços da Petrobras, Bolsonaro voltou a atacar a política de paridade com os preços internacionais, que atrela o valor da gasolina ao dólar. Segundo Bolsonaro, a regra agrada os acionistas da estatal, mas penaliza o consumidor.

Bolsonaro afirmou ainda que vai acionar o ministro de Minas e Energia (MME), Bento Albuquerque, para notificar postos de combustíveis que não reduzirem os preços cobrados nas bombas após a mudança nos tributos.

eletrônico, o cidadão continua tendo à disposição cerca de 91 serviços que podem ser solicitados de forma digital, sem a necessidade de comparecimento pessoal ao INSS. Além disso, o agendamento pode ser feito pelo site, pelo aplicativo Meu INSS ou telefone 135. Nos casos em que o cidadão não tem acesso à internet ou ao telefone, o agendamento pode ser feito diretamente nas agências.

Ao agendar seu atendimento, o segurado poderá ir

até uma agência do INSS com hora marcada. Desde 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, o INSS tomou uma série de medidas para evitar aglomerações nas unidades de atendimento e restringiu o atendimento presencial mediante agendamento apenas aos serviços que não podiam ser feitos de forma remota, como a realização de perícias médicas, avaliação social, reabilitação profissional e justificativa administrativa.



O Sétimo Mandamento

Deus escolheu Moisés para receber os Dez Mandamentos e orientar o povo Judeu que precisava de uma nova ordem para a boa vizinhança. O sétimo mandamento diz "Não Roubarás". Muitos anos depois, Jesus Cristo foi crucificado entre dois ladrões: Dimas o bom ladrão e Gestas o mau ladrão.

Alguns relatos contam que o bom ladrão, não matava e nem maltratava e que roubava e ainda repartia o fruto do roubo.

Quatorze séculos depois um cavaleiro que regressava das cruzadas resolveu mudar de vida e sob o nome de Robin Hood, o Lorde Lockley passou a assaltar e roubar dos ricos, mas não ficava para si o produto dos roubos, e distribuía com os pobres. Nas Constituições de vários países e nos Códigos Penais o roubo é punido com reembolso, e castigo de Isolamento permanecendo com restrição de Liberdade até que pague a pena.

No Jornal "O Paraná" de 01 de março na Seção Informe da Redação, página 3, lemos três notas que me arrepiam bastante. Os Títulos são: Profissão Ladrão, Crime Compensa? e Insignificante.

O redator comenta uma proposta de Lei, ou seja, uma mudança no Código Penal.

Uma Vereadora do PSOL da cidade de Niterói que se elegeu Deputada Federal está preparando o Projeto de Lei 4540/21 que propõe duas novas tipificações penais no Código Penal Brasileiro: Furto por necessidade e Furto insignificante.

Segundo a proponente, o furto por necessidade deve ser considerado quando alguém está em situação de pobreza ou extrema pobreza furte para suprir alguma necessidade básica como se alimentar. Já o furto insignificante seria quando o valor do objeto roubado não prejudica o patrimônio do proprietário, de acordo com a proposta da deputada.

Vai ser difícil convencer seus pares para a aprovação. Mas a nobre Senhora cujo nome vou omitir, talvez devesse dividir o seu salário de Deputada Federal e/ou de professora que também o é, com os pobres de Niterói ou de Brasília, deveria acolher no seu apartamento funcional aqueles que não têm casa, ou estão transitando pela capital federal em busca de alguma solução para uma pendenga.

Quantos precisam de ajuda e não tem onde bater? Já imaginaram um meliante nos surpreender com um revólver, para impedir nossa reação e ainda mostrar o texto da Lei e dizer que está escrito, é legal.

Nós pagamos impostos, contribuimos para as entidades sociais de ajuda ao próximo e esperamos que a cada dia o homem viva em harmonia.

Precisamos ajudar nossas escolas até como voluntários para que os jovens cresçam e saibam escolher seus representantes, aqueles que tenham projetos para o bem estar da comunidade e não para criar a profissão de ladrão.



Dr. Jesus Viegas
CRM/PR 5272
Presidente AMC

Secretaria de Obras gasta cerca de R\$ 1 mi ao ano com o vandalismo

Cascavel – Não é de hoje que os atos de vandalismo são identificados em diversos pontos de Cascavel, que sofre com a depredação de prédios públicos, pichação, furto de fios e quebra de equipamentos, entre outros. Neste fim de semana, mais um ato de vandalismo foi registrado em uma estação de ônibus, desta vez na Avenida Brasil, próximo à Praça da Bíblia, onde os vândalos conseguiram quebrar parte da estrutura de vidro que ficou cheia de estilhaços no chão.

O secretário da Sesop (Secretaria Municipal de Serviços e Obras Públicas), Sandro Rocha Rancy, lamentou o ocorrido e disse que as secretarias sofrem com o problema, já que além de ter que refazer o que estava feito, eles ainda precisam contratar empresas dos mais diferentes ramos para as obras de conserto. Para se ter uma ideia, somente a Sesop tem um orçamento de cerca de R\$ 1 milhão para este tipo de situação e como é na modalidade de registro de preços, os produtos e serviços são licitados de acordo com a demanda, contribuindo para demora na execução destas obras.

Rancy disse que os novos abrigos são sempre alvo dos vândalos e que isso ocorre nos mais diversos pontos da cidade. O secretário explicou que dos 815 que foram contratados, 350 já estão prontos e que o contrato com a empresa está em cerca de 45% concluído. Além disso, salientou que mesmo estando parado por um tempo, o contrato foi realinhado, a construtora está trabalhando e terá novo prazo para instalação de todos os pontos.

“Precisamos que as pessoas participem, nos ajudem a cuidar e a denunciar quando ocorre este tipo de situação”, reforçou o secretário, lembrando que quando este tipo de situação ocorre é a própria população que acaba sendo prejudicada.

“REVOLTA”

O prefeito de Cascavel, Leonaldo Paranhos, em vídeo (live) transmitido pelas redes sociais, ontem (14), se

mostrou bastante indignado com a situação e reclamou que mesmo diante de tudo o que está sendo feito para melhorar a situação do transporte para os usuários, este tipo de fato faz com que a cidade regreda. “Conseguimos colocar a cidade dentro do Programa Avançar Cidades que é para termos uma melhor estrutura do transporte, por isso, estamos fazendo os abrigos tanto na cidade, quanto nos distritos. É lamentável nos depararmos com este tipo de cena”, disse.

Para o prefeito este tipo de pessoa que faz vandalismo são “destruidores do patrimônio público” e devem ser punidos pelos seus atos. “Os vidros são bem grossos, ou seja, para quebrar tiveram que colocar bastante esforço, esforço esse, que poderiam gastar no trabalho”, criticou o prefeito. Sobre as obras nos abrigos de ônibus, Paranhos disse que a administração municipal acompanha as obras que vão desde as calçadas até a colocação do vidro, lixeiras, e que a ideia é que a população tenha conforto para esperar os ônibus, protegidas da chuva e do sol. A cidade conta atualmente com 1.286 pontos de ônibus.

Paranhos contou ainda que ele mesmo já determinou diretamente a Guarda Municipal e pediu apoio da Polícia Militar para assim que identificar os vândalos agir de forma judicial. Outra ação que deve ser coibida a partir de agora é a colocação de propaganda nos pontos com cobrança de multa para as empresas que fazem este tipo de ação.

Ainda sobre o vandalismo, o prefeito disse que além de quebrarem os vidros, eles fizeram a pichação de diversos bancos. “Os nossos guardas estão trabalhando, mas a nossa cidade é grande e cuidando de um local, descuidamos de outro, por isso, temos que ter apoio da população”, reforçou.

FIOS DE COBRE

Outro problema que o Município vem enfrentando é o furto de fios e, para isso, a Sesop está realizando a concretagem das caixas em que



Funcionários da Sesop fazem a concretagem das caixas para evitar furto de cabos de energia elétrica

passam os cabamentos na Avenida Brasil para evitar este tipo de situação. Nos primeiros meses do ano, foram furtados cerca de cinco mil metros de cabo. Agora, a Prefeitura está repondo os cabos e concretando as caixas. O ato de vandalismo é crime se enquadrando em dano ao patrimônio público, previsto no artigo 163 do Código Penal - “Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”. A pena em caso de condenação por dano simples é a detenção de um a seis meses, ou multa de um a seis salários mínimos (R\$ 1.045 a R\$ 6.270).

ECOPARK OESTE

Outro local que sofre com o vandalismo é o Ecopark Oeste.

Em fevereiro, fios de cobre foram furtados do parque e ainda não foram repostos. De acordo com Sandro Rancy, a demora se dá pela necessidade do processo burocrático

para compra do novo material. Além dos fios, o banheiro que foi construído no local teve os vidros e as louças sanitárias quebradas, com muita sujeira deixada no local.

Ar-condicionado furtado em unidade de saúde

Um caso bastante atípico de foi registrado no domingo (13) em Cascavel. A unidade de saúde do Bairro Periolo, que está fechada desde a última quinta-feira (10) para reforma, acabou sendo alvo dos criminosos que levaram um aparelho de ar condicionado do consultório médico da unidade. A Guarda Municipal agiu rápido e prendeu, ainda na noite do domingo (13) dois suspeitos de terem praticado um furto na unidade. A prisão ocorreu após denúncia pelo telefone 153, no qual o denunciante repassou, em detalhes, as características dos suspeitos.

Imediatamente uma equipe foi ao local, realizou patrulhamento e localizou os suspeitos a duas quadras da unidade. Um deles portava uma arma branca. Os rapazes haviam colocado o motor de um ar-condicionado em um carrinho. Posteriormente foi confirmado que se tratava do aparelho da unidade de saúde e eles foram encaminhados à 15ª SDP para serem autuados.

VAGAS DE EMPREGO

VAGAS DISPONÍVEIS NA AGÊNCIA DO TRABALHADOR

Armador de ferragens construção civil;
Assistente de vendas;
Atendente de balcão;
Auxiliar de faturamento;
Auxiliar de logística;

Auxiliar de produção (confeção de roupas);
Carpinteiro;
Cozinheiro de restaurante;
Garçom;
Lavador de veículos;
Motorista empilhadeira;

Operador de caixa;
Operador de grua;
Padeiro confeiteiro;
Pintor de automóveis;
Serralheiro;
Servente de pedreiro;
Vendedor porta a porta



Endereço: Rua Paraná, 3648 - Centro, Cascavel, PR - (45) 3333-2400

Quem "antecipou" repasse no combustível pode ser multado em até R\$ 11 mi

Cascavel - O Procon Paraná (Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor), juntamente com os Procons municipais estão fazendo um levantamento para apurar e notificar os postos e distribuidores que repassaram o aumento do preço da gasolina e do diesel ainda na última quinta-feira (10), antes do prazo inicial do reajuste.

A Petrobras anunciou reajuste no preço da gasolina e do diesel para as distribuidoras, aumento que entraria em vigor somente a partir de sexta-feira (11). Entretanto, em Cascavel, na quinta-feira (10) alguns postos que vendiam o litro da gasolina na medida de R\$ 6,68, já estavam comercializando a R\$ 7,49, como foi registrado pela reportagem do O Paraná. Diversas denúncias chegaram ao Procon e, já na sexta-feira (11), solicitou documentos e justificativas do aumento nos preços antes do prazo inicial.

A reportagem conversou com Pedro Martendal, procurador chefe do Procon de Cascavel, que afirmou que alguns postos praticaram preços abusivos. "Nós notificamos todos os estabelecimentos em que recebemos as denúncias, por meio do Diretor Regional do Sindicato dos Postos. Eles têm dez dias para apresentar documentos e dar explicação ao Procon quanto ao

aumento na véspera", disse.

Martendal também ressaltou que o Procon recebeu reclamações dos consumidores que se sentiram lesados ao pagarem o novo preço ainda na quinta-feira (10). "Houve muitas reclamações, o que levou o Procon a tomar estas medidas de fiscalização e notificação. Todos os consumidores que se julgarem prejudicados devem nos procurar para registrar uma reclamatória", orientou.

NO PARANÁ

O Procon Paraná também está acompanhando o reajuste antecipado dos combustíveis nas cidades paranaenses desde a última quinta-feira (10). O departamento esperava que o preço mais alto chegasse às bombas somente na data de ontem (14), considerando todo o processo que demanda para o combustível chegar até às distribuidoras e, posteriormente, aos postos pra venda

ao consumidor final.

A chefe do Procon Paraná, Claudia Silvano, reforçou que "as empresas notificadas vão ter que comprovar que compraram o combustível com o preço maior do que compravam em dias anteriores". Ela também destacou que os postos e distribuidores que praticaram preços abusivos estarão sujeitos a multas que podem variar entre R\$ 700 e R\$ 11 milhões.

Claudia alertou a população para pesquisar antes de sair de casa, para identificar os postos que oferecem combustível com menor preço. "Estamos orientando os consumidores a pesquisarem no aplicativo Menor Preço, do Nota Paraná, quais postos estão com os valores mais baratos", completou.

Para quem está se sentindo prejudicado, as denúncias podem ser feitas pelo portal www.consumidor.gov.br ou diretamente aos Procons municipais.

ICMS: Empresários aguardam orientação

Em todo Brasil empresários aguardam a definição dos valores corretos a serem repassados ao consumidor pelo Confaz (Conselho de Secretários Estaduais de Fazenda) devido a nova tributação sobre os combustíveis. No Paraná, conforme Roberto Pellizzetti, empresário do setor de combustíveis e diretor da Paranapetro/Cascavel, o preço do diesel já caiu. "O diesel baixou 26 centavos, mas por conta do PIS/Cofins, que é um imposto federal. O ICMS tem que esperar", comenta.

Em relação à gasolina, Pellizzetti afirmou que ainda não é possível baixar o preço, pois é necessário aguardar uma decisão do Confaz.

SISTEMA FAEP



Informação de qualidade para o campo

A qualidade do material didático que chega às mãos dos produtores rurais durante seus cursos é uma grande preocupação do SENAR-PR. Afinal, informações muito antigas, desatualizadas ou truncadas podem ter efeito negativo no desenvolvimento profissional dos participantes.

Essa preocupação não é de hoje. Desde 2009 o SENAR-PR recorre a uma equipe de especialistas de diversos departamentos que compõem o Centro de Editoração, Documentação e Informação Técnica (Ceditec), com objetivo de validar os materiais didáticos e similares utilizados nos cursos e treinamentos da instituição.

O Ceditec passou recentemente por uma reestruturação, chegando em 2019 com novas propostas e projetos. Um deles é a padronização da identidade gráfica das cartilhas do SENAR-PR. Esse direcionamento é importante para que os materiais da entidade contem com um padrão, tanto visual, quanto em relação ao conteúdo.

Todos estes materiais passam por uma criteriosa análise técnica e pedagógica, para que estejam aptos a informar o público do campo.

Em julho do ano passado, o SENAR-PR reuniu boa parte dos seus materiais didáticos em uma Biblioteca Virtual, onde os interessados podem acessar sem custo estes conteúdos. Por enquanto o acervo conta com 54 cartilhas de cursos, mas o objetivo é que os materiais de todos os 300 títulos do SENAR-PR estejam disponíveis.

sistemafaep.org.br



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
- SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
- DECON

AVISO DE REPUBLICAÇÃO COM DEVOLUÇÃO DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 777/2021 SRP
PROTOCOLO Nº 17.843.522-1
OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 12 meses, para futura e eventual aquisição de VEÍCULOS.
INTERESSADO: Diversos órgãos
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 12 de novembro de 2021.
ABERTURA: 30 de março de 2022 às 09:00hrs.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: www.licitacoes-e.com.br
Informações Complementares: www.administracao.pr.gov.br/Compras e www.transparencia.pr.gov.br.

PREVISÃO DO TEMPO



Loterias

Megasena concurso: 2462 03 16 23 41 45 57	Lotofácil concurso: 2470 01 03 04 05 06 09 10 11 12 13 21 22 23 24 25
Quina concurso: 5802 06 09 59 69 78	Dupla sena concurso: 2345 1º sorteio 13 16 27 30 33 38 2º sorteio 01 05 17 22 32 40
Federal concurso: 5645 1º prêmio 58.676 2º prêmio 09.374 3º prêmio 33.251 4º prêmio 30.407 5º prêmio 27.517	Lotomania concurso: 2286 03 05 17 18 22 34 39 45 56 57 61 66 67 71 73 80 83 87 98 00
Dia de Sorte concurso: 578 11 13 17 20 21 23 25 MÊS DA SORTE: JUNHO	Timemania concurso: 1759 09 20 25 29 34 42 69 TIME DO BOTAFOGO/PB
	Super Sete concurso: 219 COLUNAS 01 02 03 04 05 06 07 08 03 07 08 05 08 06

Índice de confiança cai e guerra 'prolongada' preocupa, diz CNI

Brasília - O eventual prolongamento da guerra entre Rússia e Ucrânia pode afetar a saúde financeira da indústria brasileira, disse ontem (14) a CNI (Confederação Nacional da Indústria). Segundo a entidade, o setor já está sendo afetado pelo encarecimento das commodities (bens primários com cotação internacional). Em relatório, a CNI diz que a alta internacional dos preços de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas aumenta a pressão sobre a inflação, já afetada pela pandemia de covid-19. Para a CNI, a alta da inflação poderá resultar em aumentos adicionais nos juros, no Brasil e no exterior, com impacto negativo sobre a economia brasileira.

De acordo com o gerente executivo de Economia da CNI, Mário Sérgio Telles, os efeitos do conflito sobre a indústria e a economia brasileira dependem da duração do conflito. Para Telles, uma guerra longa pode influenciar as exportações do Brasil como um todo, ao fazer a economia global desacelerar. No caso brasileiro, a elevação do preço dos minérios e dos produtos agrícolas deve ter efeitos mais imediatos sobre a inflação. No caso do petróleo, a alta não afeta apenas os preços dos combustíveis, mas também produtos petroquímicos, como plásticos e embalagens.

Por causa do baixo crescimento da economia brasileira, destaca o relatório da CNI, a indústria não deve conseguir repassar integralmente

ao consumidor o custo da alta das matérias-primas em um primeiro momento. Segundo a entidade, isso compromete a saúde financeira da indústria e reduz a margem de lucros de empresas ainda afetadas pela pandemia, aumentando o risco de falências e de inadimplência.

CADEIAS GLOBAIS

Outro impacto sobre a indústria será a escassez de componentes para fabricação de chips e semicondutores. Isso porque Rússia e Ucrânia são grandes produtores globais de metais usados nesses produtos. O conflito deverá agravar o descompasso nas cadeias mundiais de produção, com aumento nos preços do frete e repercussões no longo prazo porque a estabilização do fluxo de insumos só ocorre à medida que fornecedores recuperam o ritmo de produção e de distribuição.

De 23 de fevereiro a 8 de março, ressaltou a CNI, os preços no mercado futuro de diversas commodities dispararam. A

cotação internacional do trigo subiu 45,3%. O preço do barril de petróleo saltou 34,3%. Também ficaram mais caros o paládio (+21,7%); o milho (+10,3%); o açúcar (+4,9%) e o alumínio (+4,2%).

COMÉRCIO EXTERNO

Em relação ao comércio externo, a CNI avalia que o fluxo de mercadorias entre Brasil e Ucrânia é pequeno. Para a confederação, as principais dificuldades deverão ser observadas nas trocas comerciais entre Brasil e Rússia. No ano passado, o Brasil comprou US\$ 5,7 bilhões

em produtos russos, principalmente fertilizantes, óleos leves de petróleo, carvão mineral e itens de metalurgia.

Em 2021, o Brasil importou US\$ 5,7 bilhões da Rússia. Apesar de o montante ser equivalente a 2,6% das importações brasileiras totais, o país foi a sexta maior origem das mercadorias compradas pelo Brasil. Quanto às exportações, a Rússia foi o 36º maior parceiro comercial do Brasil, com US\$ 1,59 bilhão em produtos embarcados (0,6% das vendas externas totais).

Índice de Confiança cai 0,4 ponto

O ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial) caiu 0,4 ponto em março deste ano na comparação com fevereiro, informou ontem a CNI. A queda ocorre após o índice ficar praticamente estável em janeiro. Com o recuo, ele passou de 55,8 pontos em fevereiro para 55,4 pontos no mês seguinte. O ICEI é a média de dois componentes: índice de Condições Atuais e o índice de Expectativas, que busca avaliar o cenário do empresário nos próximos seis meses.

Segundo a CNI, o resultado para março demonstra leve recuo da confiança em relação a fevereiro. "Apesar da queda, a indústria segue confiante em março de 2022, pois segue acima da linha divisória dos 50 pontos, que separa a confiança da falta de confiança", disse a entidade.

R\$ 5,12: dólar fecha no maior valor em duas semanas

Brasília - Em um dia de turbulência nos mercados interno e externo, o dólar ultrapassou R\$ 5,10 e fechou no maior valor em duas semanas. O dólar comercial fechou a segunda-feira (14) vendido a R\$ 5,12, com alta de R\$ 0,066 (+1,3%). A cotação iniciou o dia em baixa, caiu para R\$ 5,03 por volta das 10h, mas subiu logo após a abertura do mercado norte-americano. Na máxima do dia, por volta das 15h30, chegou a R\$ 5,14.

A moeda norte-americana fechou no maior valor desde 25 de fevereiro, quando tinha sido vendida a R\$ 5,15. Apesar da alta de hoje, a divisa acumula queda de 0,7% em março. Em 2022, o recuo chega a 8,18%.

BOLSA

As tensões também foram sentidas no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 109.928 pontos, com recuo de 1,6%. O indicador está no menor patamar desde 24 de janeiro, mas ainda acumula alta de 4,87% neste ano.

Carnes: Canadá libera Importações do Brasil

Brasília - A ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, comemorou ontem (14) a liberação, pelo Canadá, das importações de carne bovina e suína do Brasil. "Ótima notícia para o nosso agro. O Canadá, um dos mais importantes mercados do mundo, autorizou o

início da importação de carne bovina e suína produzidas no Brasil. Agora já são mais de 200 mercados abertos pelo Mapa na gestão do governo Jair Bolsonaro", anunciou pelo Twitter.

Tereza Cristina, que está em missão no Canadá desde o último fim de semana, disse,

na postagem, que ainda hoje terá uma série de reuniões para tratar da importação de fertilizantes pelo Brasil. Como quarto consumidor global de fertilizantes, responsável por cerca de 8% deste volume e como maior importador mundial, o Brasil busca novos mercados de fertilizantes, já que a

Rússia, principal fornecedor do país, sofre sanções mundiais por causa da guerra na Ucrânia.

O Brasil importa cerca de 85% de todo o fertilizante usado na produção agrícola nacional. No caso do potássio, o percentual importado é de cerca de 95%.

INDICADORES ECONÔMICOS

DÓLAR		14/03	
	% dia	compra	venda
COMERCIAL	+1,3%	5,1190	5,1200
PTAX (BC)	+0,8%	5,0641	5,0647
PARALELO	+0,6%	5,0100	5,4100
TURISMO	+0,6%	5,0100	5,3900
EURO	+0,9%	5,5589	5,5615

US\$ 1 É IGUAL A:		MOEDAS X REAL	
lenc	118,01	lenc	R\$ 0,0429
Libra est.	0,77	Libra est.	R\$ 6,61
Euro	0,91	Peso arg.	R\$ 0,046
Peso arg.	109,21	R\$1:	1.374,00 guaranis

BOVESPA		14/03	
	%	109.927 pontos	R\$
IBOVESPA:	-1,60%		
Ações			
Petrobras PN	-1,69%		31,94
Vale ON	-5,57%		91,40
ItauiUnibanco PN	+0,93%		25,07
Bradesco PN	+0,77%		20,86
Magazine Luiza ON	-5,98%		5,35
JHSF Part. ON	+6,24%		5,11

ÍNDICES DE INFLAÇÃO				
Índice em %	JAN	FEV	ano	12m
IPCA (IBGE)	0,54	1,01	1,56	10,54
IGP-M (FGV)	1,82	1,83	3,68	16,12
IGP-DI (FGV)	2,01	1,50	3,55	15,35

REAJUSTE DE ALUGUÉIS				
Índice	JAN	FEV	MAR	
IGP-M (FGV)	1,1778	1,1691	1,1612	
IGP-DI (FGV)	1,1774	1,1671	1,1535	

* Correção anual. Multiplique valor pelo índice

SELIC ANUAL: 10,75% | TJLP: 6,08%

TABELA DO IR			
BASE (R\$)	Alíq. %	deduzir	
Até 1.903,98	-	-	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80	
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80	
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13	
Acima de 4.664,68	27,5	869,36	

Dedução p/dependente: R\$ 189,59; IR 2021: 8ª parcela vence em 30/12, com juros Selic de 3,62%.

SAL. MÍNIMO PR (jan/21 a dez/21)			
I	II	III	IV
R\$ 1467,40	R\$ 1524,60	R\$ 1577,40	R\$ 1696,20

Em reais. *Faixa II: empregados domésticos.

OUTROS INDICADORES			
	JAN	FEV	MAR
TJLP (%)	6,08	6,08	6,08
Sal. mínimo	1.212,00	1.212,00	1.212,00
UPC	23,54	23,54	23,54

CUSTO DA CONSTRUÇÃO (CUB)					
R\$/m2	JAN	FEV	%m	%ano	%12m
Paraná	2.007,34	2.015,00	0,38	0,58	15,25
Norte	2.064,74	2.014,66	-2,43	-1,58	10,85
Oeste	2.047,81	2.054,45	0,32	0,67	14,68

PREVIDÊNCIA		COMP. JANEIRO	
Empresário/empregador			
Contribui com 11% sobre o pró-labore, entre R\$ 1.212,00 (R\$ 133,32) e R\$ 7.087,22 (R\$ 779,59)..			
Autônomo			
1) Quem só recebe de p. físicas: recolhe 20% entre R\$ 1.212,00 (R\$ 242,40) a R\$ 7.087,22 (R\$ 1.417,44). 2) Recebe de jurídicas: a empresa recolhe 11% sobre o máximo de R\$ 7.087,22 (R\$ 779,59) e desconto do autônomo. 3) Recebe jurídicas e físicas: desconto de 11% s/ que recebe de jurídicas até R\$ 7.087,22 (R\$ 779,59). Se não atingir este teto, recolhe 20%, via carnê, sobre a diferença até R\$ 7.087,22. 4) Aut. especial: sobre R\$ 1.212,00, recolhe 5% (donas de casa, Lei 12.470/2011) ou 11% (demais), mas só aposenta por idade.			
Facultativo			
Contribui com 20% sobre valores entre R\$ 1.212,00 (R\$ 242,40) a R\$ 7.087,22 (R\$ 1.417,44), por carnê.			
Empregados - taxas de desconto			
Até um salário mínimo (R\$ 1.212,00)	7,5%		
De R\$ 1.212,01 a R\$ 2.427,35	9%		
De R\$ 2.427,36 a 3.641,03	12%		
De R\$ 3.641,04 a R\$ 7.087,22	14%		

COMO EFETUAR O CÁLCULO: calcule o valor da taxa de cada intervalo de salário, e depois some os valores EMPREGADOR - Taxa de 12%(Pes. físicas)

Venc.: emp. 18/02 físicas 15/02, domésticos 06/02

MERC. RURAL

PREÇO PRODUTOR (DERAL/SEAB)				
Em 14/03	PR	DIA	30d.	Casc.
SOJA	198,76	-0,2%	5,3%	198,00
MILHO	97,23	0,1%	4,4%	97,00
TRIGO	100,71	0,3%	12,8%	105,00
BOI GORDO	315,67	0,1%	0,7%	313,00
SUINO	5,23	-0,6%	6,1%	-

Soja, milho e trigo sc 60kg, boi gordo arroba e frango kg

BOLSA DE CHICAGO				
Em 14/03	CONT.	FECH.	DIA	30d.
SOJA	mar/22	1.687,25	-3,50	7,5%
FARELO	mar/22	521,90	28,80	16,4%
MILHO	mar/22	728,25	-36,25	11,1%
TRIGO	mar/22	1.090,00	0,00	36,4%

Em Pontos. 1 ponto = 1 centavo de dólar/bushel na soja (27,2kg), milho e trigo (25,4kg) e US\$ tonelada curta no farelo (907kg). DIA: variação em pontos

LOTES/ATACADO (AgDOSSIÊ.DINHEIRO)				
Em 14/03	PRAÇA	R\$/sc	SEM	30d.
SOJA	Cascavel	207,00	1,0%	5,1%
SOJA	Paranaquá	209,00	2,0%	8,3%
MILHO	Cascavel	106,00	1,9%	6,0%

Vão treinar domingo em Cascavel

O Autódromo Zilmar Beux, em Cascavel, estará agitado no próximo domingo, quando será realizado o treino coletivo do Paranaense de Velocidade. Orlei Silva, promotor da primeira etapa, marcada para os dias 9 e 10 de abril, em Cascavel, adianta que estão confirmados nos treinos de domingo os pilotos Pedro Scherner, Tiago Menegaz, Vitor Simonato, Gilliard Chemiel, Vadnerson Freitas, Marco Cortina, Emerson Vidal, Guilherme Sirtoli, Lamartini Pinotti e William Santos. Da categoria Turismo 1.6 vão treinar Luciano Fracaro, Marcos Mel, Roberto Barbosa, Paulo Barbosa, Stive Tokarski, Juliano Zattar e Renan Pessin.

VANDERLEY SOARES



Ricardo Sperafico dá show na Sprint Race

O piloto da GTSR#77, da classe PRO, fez uma corrida de recuperação, saindo da 15ª posição para a liderança. Eduardo Trindade (#13), pela PROAM, e Walter Lester (#17), na AM, venceram em suas respectivas classes. A corrida inaugural da temporada nesta manhã deste domingo em Santa Cruz do Sul (RS). Na prova da tarde, seu parceiro Pedro Costa se classificou em 12º. Já Rodrigo Sperafico, irmão gêmeo de Ricardo formou dupla com Jorge Martelli. Ele foi 12º na Corrida 1 e Martelli 13º na segunda. Já o cascavelense Edgar Bueno Neto foi 13º e 20º.

Cirino inicia a temporada como líder da Copa Truck

Com duas vitórias, um quarto lugar e quinto lugar o paranaense Wellington Cirino inicia a temporada na liderança da Copa Truck. A rodada dupla válida pelas primeira e segunda etapas de 2022 foi disputada sábado e domingo, no Autódromo de Santa Cruz, no

rio Grande do Sul.

No sábado, Cirino ganhou a corrida 1 e foi quarto na segunda. No domingo, foi quinto a Corrida 1 e ganhou a 2. Cirino lidera o campeonato, com 67 pontos, mesma pontuação de Beto Monteiro, o paranaense fica com a primeira colocação por ter maior número de vitórias.

A segunda etapa da Copa Truck está marcada para o dia 1º de maio, no Autódromo de Interlagos, em São Paulo.

Wellington Cirino comemora as vitórias em Santa Cruz que lhe colocaram na liderança da Copa Truck



Fábio Fogaça vai ao pódio

Fábio Fogaça, da equipe FF Motorsport/Quartzolit/Brasilit/Kraucher/Sekurit Partner/Foxlux/Famastil/Kester Pay/Norton, deixa Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, satisfeito com seus resultados na rodada dupla de abertura da temporada da Copa Truck. Ele pontuou nas quatro provas da categoria Super Truck e foi ao pódio com o terceiro lugar na Corrida 2 da segunda etapa, disputada neste domingo.

Fábio ocupa a quarta colocação na classificação da Super Truck, com 49 pontos. O líder é Raphael Abbate, com 76 pontos.

Os vencedores deste domingo no Geral foram Roberval Andrade e Wellington Cirino. Já na categoria Super Truck, Raphael Abbate ganhou a Corrida 1 e Danilo Alamini a 2.

CLASSIFICAÇÃO DA COPA TRUCK APÓS DUAS ETAPAS

GERAL

Pos.	Piloto	Pontos
1º)	Wellington Cirino	67
2º)	Beto Monteiro	67
3º)	Paulo Salustiano	65
4º)	Felipe Giaffone	53
5º)	Débora Rodrigues	49
6º)	Régis Boessio	46
7º)	Luiz Lopes	41
8º)	Roberval Andrade	38
9º)	Djalma Fogaça	30
10º)	Adalberto Jardim	28
11º)	Jaidson Zini	27
12º)	Danilo Dirani	14

CATEGORIA SUPER TRUCK

1º)	Raphael Abbate	76
2º)	Danilo Alamini	63
3º)	Evandro Camargo	63
4º)	Fábio Fogaça	49
5º)	Rodrigo Taborda	44
6º)	Glauco Barros	43
7º)	PP Fernandes	39
8º)	José Augusto Dias	37
9º)	Djalma Pivetta	26
10º)	Felipe Tozzo	18
11º)	Fabiano Cardoso	16
12º)	Ricardo Alvarez	13
13º)	P. Jota	9

Djalma Fogaça diz que retorno às pistas foi melhor do que esperava

Djalma Fogaça foi o centro das atenções na rodada dupla de abertura da temporada da Copa Truck, disputada sábado e neste domingo no Autódromo de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. O piloto da equipe FF Motorsport/Quartzolit/Brasilit/Kraucher/Sekurit Partner/Foxlux/Famastil/Kester Pay/Norton retornou às pistas e pontuou nas duas etapas e ocupa a nona colocação na classificação do campeonato, com 30 pontos.

Djalma Fogaça diz que seu retorno às pistas foi melhor do que esperava porque a pista é complicada, pouco andou em função da chuva e conseguir marcar pontos. “Nunca tinha andando com esses pneus,



Djalma Fogaça comemora seu retorno às pistas figurando no TOP 10 da classificação do campeonato

pela primeira vez andei com pneus de chuva. Fui para a pista com acerto para chuva e no grid decidi voltar a metade, optando por uma situação intermediária. A pista secou por completo e o caminhão empurrava muito a frente. Fiquei sem a reduzida a primeira volta e depois o motor passou de 100 graus. Fui tirando o pé a partir da sétima volta”, informa Djalma Fogaça.

Ainda sobre a corrida,

Fogaça acentua que na largada deu aquele rolo e ele estava no meio. “Freei até antes, mas não consegui entrar na curva. Fui um dos muitos que foram para fora da pista e fiquei muito para traz. Com temperatura eleva, o motor jogava água fora. Achei que ia quebrar, mas foi até o fim. Terminei com o motor sem água, mas não quebrou. Estou contente com os resultados”, finaliza Fogaça.

Casas Brasil
Confeções, Cama Mesa e Banho

Charme para você e conforto para sua família

Assis Chateaubriand
Av. Tupãssi, 2.547
Fone (45) 3528-6456

Toledo
Rua Barão do Rio Branco, 1.132
Fone (45) 3277-1923

Damian Auto Center
A primeira loja de pneus de Cascavel

58 ANOS

- ALINHAMENTO
- BALANCEAMENTO (NO LOCAL E FORA)

Revendedor autorizado Trava Carneiro

Av. Brasil, 4518 - Fone (45) 3223-6363
Cascavel - PR (45) 99911-4563

GARAGEM 777

RECUPERADORA DE RODAS

Av. Barão do Rio Branco, 1.202
Cascavel/PR - Fone: 9 9952.2360

ATLAS FERRO & AÇO

Comércio de sucatas, eixos, tubos, chapas, cantoneiras, nylon, bronze, etc.

BR-277 - KM 591
(45) 3224-3255 / (45) 9 9817-4695

NEW HOLLAND CONSÓRCIO

METROPOLITANA TRATORES

Av. Brasil, 3.025 - Fone (45) 2101-3333
São Cristóvão - Cascavel - PR



Fábio Fogaça inicia a temporada da Copa Truck com pódio na categoria Super Truck

OSCA curitiba

Há mais de 30 anos protegendo e cuidando da visão do homem do campo.

Rua Rio Grande do Sul, 928
Centro - Cascavel/PR

Fone: 3223-9365
Fone: 98822-9593

Relatório da Administração 2021

Senhores Acionistas:

A Administração da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarratas, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração: A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarratas ("Ecocatarratas" ou "Companhia"), constituída em 03 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277 (trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado), conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante da concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Federal BR-277, km 582. O prazo de concessão é de 24 anos e se encerrou em 26 de novembro de 2021. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a Ecocatarratas agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados Operacionais:** O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 25.503 mil em 2021, redução de 0,9% em relação a 2020. O volume de tráfego de veículos leves totalizou 8.326 e apresentou redução de 2,5%, o volume de tráfego de veículos pesados totalizou 17.177 e apresentou redução de 0,1% devido, principalmente, devido ao fim do contrato de concessão em

novembro de 2021. **Resultados Econômicos e Financeiros: Receita Bruta:** A receita bruta totalizou R\$391,7 milhões em 2021, aumento de 8,5% em relação ao ano anterior. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$31,4 milhões, 3,4% superior quando comparado a 2020. **Receita de Pedágio -** R\$352,3 milhões em 2021, aumento de 4,7% devido, principalmente, reajuste de tarifa. **Receita Acessória -** R\$10,7 milhões em 2021, redução de 4,6% devido, principalmente, a diminuição de receita com fibra ótica e uso de faixa de domínio devido ao encerramento do contrato de concessão. **Receita de Construção -** R\$28,7 milhões em 2021, aumento de R\$15,4 milhões, devido ao maior volume de obras contratuais. **Receita Líquida:** A receita líquida atingiu R\$360,3 milhões em 2021. Excluindo a receita de construção, a receita líquida ajustada totalizou R\$331,6 milhões, aumento de 4,5% em relação a 2020. Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº19 da Demonstração Financeira da Companhia. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais apresentaram aumento de 17,7%, totalizando R\$261,9 milhões em 2021. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$96,2 milhões, aumento de 7,2% em relação a 2020. As principais variações foram: **Pessoal:** R\$23,3 milhões em 2021, aumento de R\$ 4,0 milhões (+20,7%) devido, principalmente, ao reajuste salarial anual e aumento dos custos com rescisões trabalhistas e gratificações. **Conservação e Manutenção:** R\$13,8 milhões em 2021, estável em comparação com o ano anterior. **Serviços de terceiros:** R\$42,8 milhões em 2021, aumento de R\$ 5,6 milhões (+15,1%), devido ao incremento dos custos com engenharia e incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de compras corporativas e de engenharia prestados pela ECS e aos custos com serviços de limpeza, auditoria e assessoria jurídica. Este aumento deu-se em função do fim do contrato de concessão em novembro de 2021. **Seguros, Poder Concedente e Locações:** R\$10,2 milhões em 2021, aumento de R\$ 2,0 milhões, devido principalmente aos custos com garantias contratuais. **Outros:** R\$6,0 milhões em 2021, redução de R\$5,1 milhões em 2021, aumento de R\$15,4 milhões devido ao maior volume de obras contratuais finais. Para mais informações sobre os Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 20 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA e Margem EBITDA:** Em 2021, o EBITDA atingiu R\$247,2 milhões e a margem EBITDA, 68,6%. O

EBITDA ajustado, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$235,5 milhões, aumento de 3,5% em relação a 2020 e margem EBITDA ajustado de 71,0%. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$0,4 milhões, redução de 96,4% em relação aos R\$10,8 milhões negativos em 2020 devido, principalmente, aos juros ativos sobre as debêntures privadas. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 21 da Demonstração Financeira da Companhia. **Lucro Líquido do Exercício:** Em 2021, a Ecocatarratas apresentou lucro líquido de R\$47,9 milhões. **Disponibilidade Financeira e Endividamento:** A Ecocatarratas encerrou o exercício de 2021 com saldos distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$3,3 milhões. A dívida com Poder Concedente era de R\$0,3 milhão. Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº12, nº13 e nº 16 da Demonstração Financeira da Companhia. **CAPEX:** O capex realizado pela Companhia totalizou R\$134,3 milhões em 2021, com destaque para investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2021: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2021 totalizaram R\$260,3 mil. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Rodovia das Cataratas S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2021.

Cascavel, 14 de março de 2022.

A Administração

Balanço Patrimonial Levantado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020	
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.242	48.451			Fornecedores		10.816		8.056	
Aplicações financeiras	6	35	2.075			Empréstimos e financiamentos	12	-		44	
Clientes	7	177	11.449			Arrendamento a pagar	13		1.184		
Tributos a recuperar		8.463	49			Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.650	3.819		
Despesas antecipadas		45	1.586			Obrigações sociais e trabalhistas		3.310	2.401		
Partes relacionadas	14	243.903	153.405			Partes relacionadas	14	2.386	2.370		
Outros créditos		11.624	2.499			Obrigações com Poder Concedente	16	262	3.025		
Total do ativo circulante		267.489	219.514			Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.c)	-	628		
Não Circulante						Provisão para manutenção	15	-	113.131		
Tributos diferidos	11.a)	1.195	51.296			Outras contas a pagar		34	305		
Depósitos judiciais	8	692	1.338			Acordo de Leniência	16.d)	68.183	67.587		
Imobilizado	9	2.575	3.452			Total do passivo circulante		86.641	202.550		
Intangível	10	675	123.664			Não Circulante					
Total do ativo não circulante		5.137	179.750			Empréstimos e financiamentos	12	-	36		
						Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	17	3.945	7.164		
						Outras contas a pagar		8.937	3.308		
						Acordo de Leniência		-	60.525		
						Total do passivo não circulante		12.432	71.033		
						Patrimônio Líquido					
						Capital social	18.a)	250.968	250.968		
						Reserva de capital - plano de opção com base em ações		748	748		
						Prejuízos acumulados		(78.163)	(126.035)		
						Total do patrimônio líquido		173.553	125.681		
						Total do Passivo e Patrimônio Líquido		272.626	399.264		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

Saldo em 31 de Dezembro de 2019	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Reservas de lucros Legal	Prejuízos acumulados	Total
Lucro líquido do exercício		250.968	748	17.394	(201.352)	67.758
Absorção de prejuízo de anos anteriores		-	-	(17.394)	57.923	57.923
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		250.968	748	-	(126.035)	125.681
Lucro líquido do exercício		-	-	-	47.872	47.872
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		250.968	748	-	(78.163)	173.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

Receita Líquida	Nota explicativa	31/12/2021		31/12/2020	
Receita Líquida		19	360.273		330.569
Custo dos serviços prestados		20	(238.993)		(204.208)
Lucro Bruto			121.280		126.361
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas gerais e administrativas	20	(22.945)	(18.304)		
Outras receitas, líquidas		27	8		
Acordo de Leniência		-	-		
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro			98.362		108.065
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	21	14.394	6.571		
Despesas financeiras	21	(14.783)	(17.371)		
		(389)	(10.800)		
Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social			97.973		97.265
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	11.b)	-	(30.240)		
Diferidos	11.b)	(50.101)	(9.102)		
		(50.101)	(39.342)		
Lucro Líquido do Exercício			47.872		57.923
Lucro Líquido por Ação (Em R\$)					
- Básico e Diluído	22	0,19	0,23		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	47.872	57.923
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	47.872	57.923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (em milhares de reais - R\$)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro líquido do exercício	47.872	57.923		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	148.867	104.071		
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	854	1.502		
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	50	80		
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(412)	4.991		
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.313	347		
Provisão para manutenção	(11.750)	15.441		
Atualização monetária da provisão para manutenção	9.253	10.063		
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(451)	426		
Obrigações com Poder Concedente	5.723	5.843		
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(12)	(11)		
Tributos diferidos	50.101	9.102		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	30.240		
Juros ativos - debêntures privadas/mútuos	(10.625)	(4.401)		
Atualização Monetária Acordo de Leniência	2.667	4.831		
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes	11.723	(1.943)		
Partes relacionadas - clientes	4	136		
Tributos a recuperar	(8.414)	633		
Despesas antecipadas	1.541	(1.519)		
Depósitos judiciais	658	695		
Outros créditos	(9.125)	954		
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	2.760	1.431		
Obrigações sociais e trabalhistas	909	166		
Partes relacionadas - fornecedores	16	(347)		
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(2.169)	(143)		
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(4.570)	(1.509)		
Pagamento de provisão para manutenção	(110.634)	(23.598)		
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(10.287)	(7.779)		
Outras contas a pagar	5.358	31		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(628)	(30.942)		
Pagamento Acordo de leniência	(62.596)	(103.428)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	57.996	73.286		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de imobilizado	(342)	(730)		
Aquisição de intangível	(23.437)	(28.353)		
Aplicações financeiras	2.040	3.232		
Partes relacionadas - Debêntures privadas/mútuos	(79.877)	(149.000)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(101.616)	(174.851)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(1.539)	(1.428)		
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(50)	(80)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.589)	(1.508)		
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(45.209)	(103.073)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.451	151.524		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.242	48.451		
Aumento (Redução) Líquido(a) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(45.209)	(103.073)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatarratas ("Ecocatarratas" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 03 de novembro de 1997, e tem por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 - DER/PR (o "Contrato de Concessão"), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização,

informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 26 de novembro de 2021. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.c). A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Federal BR-277, km 582, bairro Pavan, no município de Cascavel - PR. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas de seu balanço patrimonial (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis,

trabalhistas e tributárias, Tributos Diferidos sobre as provisões e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados não reversíveis, tais como: hardwares, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outros (classificados como Ativo

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Imobilizado conforme Nota Explicativa nº 9) e *softwares* (classificados como Ativo Intangível conforme Nota Explicativa nº 10), serão vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. Em 09 de março de 2022, o Comitê de Auditoria da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e seu Conselho de Administração as aprovou em 10 de março de 2022. **a) Impactos COVID-19:** A Administração da Companhia monitora de maneira contínua a evolução da pandemia da COVID-19, atuando para minimizar impactos nas suas operações e na sua posição patrimonial e financeira implementando medidas apropriadas para garantir a continuidade das operações, proteger o caixa, melhorar a liquidez e promover a saúde e a segurança de todos. As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos:

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: A determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas civis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, esta realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: **a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização.** A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 8,37% ao ano, em 31 de dezembro de 2020. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de provisão devido a finalização do Contrato de Concessão, ao contrário, houve um estorno de valores excedentes. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

4. Principais Práticas Contábeis:

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados: **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: **i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: **i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos**

financeiros; e **ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.** Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 21). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos do principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O Contrato de Concessão da Companhia era de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, poderiam ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. A Companhia revisava anualmente as projeções de fluxo de caixa de seu contrato com o objetivo de avaliar se havia algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excediam os benefícios econômicos que se esperavam fossem recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) e em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passageiros e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. f) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

g) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

Norma	Alterações à IFRS 3 – Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)
Requerimento	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações centro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 16 – Imobilizado – Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 – Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresenta os separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)
Requerimento	As alterações especificam que o "custo de cumprimento" do contrato compreende os "custos diretamente relacionados ao contrato". Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controlada para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controlada adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou <i>joint venture</i> que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 – Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de beneficiários em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 – Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Norma	IFRS 17 – Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)
Requerimento	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

continuação

Norma	Alterações à IAS 1 – Classificação de passivos como Circulantes ou Não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.
Impacto nas demonstrações financeiras	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 1 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada). Alterações à Declaração Prática 2 da IFRS (não apresenta uma data de vigência ou exigências de transição)
Requerimento	As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionada a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só. O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do "processo de materialidade em quatro passos" descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e IFRS Declaração da Prática e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 8 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos: - Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro; - Os efeitos da mudança de um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores. O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 8 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Alterações à IAS 12 (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)
Requerimento	As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento. Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade deve reconhecer: - Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos: (i) Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento; (ii) Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo. - O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste de saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.
Impacto nas demonstrações financeiras	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

h) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. i) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos.....	171	1.336
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a).....	493	44.970
Operações compromissadas (b).....	2.442	-
Aplicações automáticas (c).....	136	2.145
	<u>3.242</u>	<u>48.451</u>

a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou

operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 100,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB). (Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 6)). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,1% em 31 de dezembro de 2021 (101,0% em 31 de dezembro de 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 83,9% do CDI em 31 de dezembro de 2021, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre incidência de IOF. c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. Aplicações Financeiras

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos não vinculados.....	35	2.075
	<u>35</u>	<u>2.075</u>

Em 31 de dezembro 2021, os recursos referem-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI em 31 dezembro 2021), vinculado ao fundo de investimento remunerado à taxa média ponderada de 103,1% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui carência até 13 junho 2022. Em 31 de dezembro de 2020, os recursos referiam-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remuneradas à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletiam as condições de mercado na data do balanço patrimonial. As referidas aplicações possuíam liquidez imediata.

7. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico (a).....	144	9.974
Receitas acessórias (b).....	49	165
Outras contas a receber.....	578	2.355
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c).....	(594)	(1.045)
	<u>177</u>	<u>11.449</u>

9. Imobilizado

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	2,4	4,0	6,0	4,7	2,6	-
Custo						
Saldos em 31/12/2020.....	14.298	4.767	1.755	8.633	6.022	35.475
Adições.....	139	61	-	142	-	342
Baixas.....	-	(1)	(2)	-	-	(3)
Transferências.....	-	-	-	-	(201)	(201)
Saldos em 31/12/2021.....	14.437	4.827	1.753	8.775	5.821	35.613
Depreciação						
Saldos em 31/12/2020.....	(13.401)	(3.681)	(1.438)	(7.913)	(5.590)	(32.023)
Adições.....	(352)	(194)	(106)	(407)	(151)	(1.210)
Baixas.....	-	1	1	-	-	2
Transferências.....	-	-	-	-	193	193
Saldos em 31/12/2021.....	(13.753)	(3.874)	(1.543)	(8.320)	(5.548)	(33.038)
Residual						
Em 31/12/2021.....	684	953	210	455	273	2.575
Em 31/12/2020.....	897	1.086	317	720	432	3.452
Máquinas e equipamentos						
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	3,4	4,0	7,3	7,4	3,1	-
Custo						
Saldos em 31/12/2019.....	14.038	4.614	1.735	8.372	5.986	34.745
Adições.....	260	153	20	261	36	730
Saldos em 31/12/2020.....	14.298	4.767	1.755	8.633	6.022	35.475
Depreciação						
Saldos em 31/12/2019.....	(12.922)	(3.493)	(1.310)	(7.285)	(5.405)	(30.415)
Adições.....	(479)	(188)	(128)	(628)	(185)	(1.608)
Baixas.....	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020.....	(13.401)	(3.681)	(1.438)	(7.913)	(5.590)	(32.023)
Residual						
Em 31/12/2020.....	897	1.086	317	720	432	3.452
Em 31/12/2019.....	1.116	1.121	425	1.087	581	4.330

Em 31 de dezembro de 2021 não havia bens vinculados como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

10. Intangível

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de Concessão (i)	Intangível andamento (iii)	Software de terceiros	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	7,4	35,7	-	-
Custo						
Saldos em 31/12/2020.....	826.402	5.272	4.058	14	2.508	838.254
Adições.....	22.498	2.604	136	-	275	25.513
Baixas.....	(853)	-	-	-	-	(853)
Transferências.....	8.077	(7.876)	-	-	-	201
Saldos em 31/12/2021.....	856.124	-	4.194	14	2.783	863.115
Amortização						
Saldos em 31/12/2020.....	(710.014)	-	(3.215)	(14)	(1.347)	(714.590)
Adições.....	(145.911)	-	(305)	(5)	(1.436)	(147.657)
Transferências.....	(199)	-	-	6	-	(193)
Saldos em 31/12/2021.....	(856.124)	-	(3.520)	(13)	(2.783)	(862.440)
Residual						
Em 31/12/2021.....	-	-	674	1	-	675
Em 31/12/2020.....	116.388	5.272	843	-	1.161	123.664
Contratos de Concessão (i)						
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	8,9	7,1	-	-
Custo						
Saldos em 31/12/2019.....	803.027	143	3.874	14	65	807.123
Adições.....	24.361	5.645	184	-	2.443	32.633
Baixas.....	(1.502)	-	-	-	-	(1.502)
Transferências.....	516	(516)	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020.....	826.402	5.272	4.058	14	2.508	838.254
Amortização						
Saldos em 31/12/2019.....	(609.211)	-	(2.862)	(13)	(41)	(612.127)
Adições.....	(100.803)	-	(353)	(1)	(1.306)	(102.463)
Saldos em 31/12/2020.....	(710.014)	-	(3.215)	(14)	(1.347)	(714.590)
Residual						
Em 31/12/2020.....	116.388	5.272	843	-	1.161	123.664
Em 31/12/2019.....	193.816	143	1.012	1	24	194.996

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2021, as principais adições nesta rubrica referem-se à reabilitação de parâmetros do pavimento e de sinalização de apoio às obras de ampliação da BR 277 e aparelhamento da PRF/PRE. (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2021 foram 17,27% a.a. (12,38% a.a. em 31 de dezembro de 2020). (iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 referem-se a estrutura de supervisão, consultoria de apoio às obras de ampliação e intervenções atreladas aos pavimentos e sinalizações. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não

continuação

houve capitalização referente a encargos financeiros de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e no tributo) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

Table with columns: Balanço patrimonial, Resultado, 31/12/2020, Adições, Baixas, 31/12/2021, 31/12/2021. Rows include Realização do ágio na incorporação, Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, Provisão para manutenção, Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duidosa, etc.

(i) Em atendimento ao CPC 32 item 73 Tributos sobre o Lucro, registramos R\$1.195 no ativo não circulante (R\$51.296 em 31 de dezembro de 2020).

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for 2021 and 2022 showing tax and contribution social amounts.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social. Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Alíquota fiscal vigente, Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada, Ajustes para cálculo da taxa efetiva, etc.

(*) Em razão da finalização do Contrato de Concessão, não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal, em virtude de não haver expectativa de realização futura.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Saldo no início do exercício provisão IR/CS, Despesa IR/CS DRE, Total de IR/CS pagos, Saldo no fim do exercício provisão IR/CS.

12. Empréstimos e Financiamentos

Table with columns: Credor, Vencimento final, Taxa de juros, 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Finame, Circulante, Não circulante.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Saldo no início do exercício, Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21), Pagamento principal (*), Pagamento de juros, Saldo no fim do exercício.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for 2022 (*) showing financial movement.

(*) Em razão da finalização do Contrato de Concessão e da obrigatoriedade de reversão dos bens da Concessão para o Poder Concedente livre de ônus, a Companhia realizou o pré-pagamento do financiamento em 26 de novembro de 2021.

Table with columns: Instituição financeira, Índices financeiros exigidos, Garantias. Row for Banco Itaú.

13. Arrendamentos a Pagar

As obrigações financeiras são compostas como segue:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Obrigações brutas de arrendamento financeiro, - pagamentos mínimos de arrendamento, Circulante, Não circulante.

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Saldo no início do exercício, Adições, Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21), Pagamento principal, Pagamento de juros, Saldo no fim do exercício.

14. Partes Relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's lenght basis).

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Table with columns: Ativo, Passivo, Resultado, Receita de Juros sobre Mútuos, Receita sobre Debêntures, Custos, Despesas. Rows for Companhia, Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a) through (e), Total em 31 de dezembro de 2021 and 2020.

a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre a Companhia e a controladora é de R\$30.488. O saldo em aberto de R\$389 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. b) A Companhia e sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibras Ópticas (Eccocaratas loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor de permissão de uso. c) Em 13 de maio de 2020, foi realizada a emissão de debêntures "Privada" em série única da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no valor nominal total de R\$149.000, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over. Os juros e o principal serão pagos em parcela única na data do seu vencimento 04 de agosto de 2022. d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e a TB Transportadora de Betumes Ltda., prestam serviço de fornecimento e transporte de material asfáltico. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$15.293. O prazo para execução desses trabalhos será em 28 de fevereiro de 2022. O saldo em aberto de R\$ 1.997 em 31 de dezembro de 2021 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. e) O valor de R\$80.489 refere-se ao contrato de mútuo com a controladora ECS. O mútuo será corrigido a partir da data de seu desembolso até a data de seu efetivo pagamento, com base na variação de 100% do CDI + 1,80% a.a. com vencimento até 30 de junho de 2022.

Remuneração dos administradores: Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 2021, foi definido que não haveria pagamento de remuneração global anual dos administradores da Companhia para os exercícios de 2021. A remuneração de seu diretor estatutário é feita pela sua coligada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

15. Provisão para Manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações foram registrados a valor presente com a taxa de 8,37% ao ano (para 31 de dezembro de 2020, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de provisão devido a finalização do Contrato de Concessão, além disso houve o estorno de R\$11.750 de valores excedentes de provisões realizadas em exercícios anteriores), correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

Table with columns: 31/12/2020, Estorno (custo), Pagamento, Efeito financeiro, 31/12/2021. Rows for Constituição da provisão para manutenção, Efeito do valor presente sobre constituição, Ajuste a valor presente, Circulante.

Table with columns: 31/12/2019, Adição (custo), Pagamento, Efeito financeiro, 31/12/2020. Rows for Constituição da provisão para manutenção, Efeito do valor presente sobre constituição, Ajuste a valor presente, Circulante.

16. Obrigações com Poder Concedente

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Parcelas: Verba de Fiscalização (a), Verba Polícia Rodoviária (b).

(a) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. (b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia. Adicionalmente, a companhia recolhia a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.

Table with columns: 31/12/2021, 31/12/2020. Rows for Saldo no início do exercício, Custo (vide Nota Explicativa nº 20), Intangível, Pagamento do principal, Saldo no final do exercício.

(c) Informações do Contrato de Concessão

Contratante: Departamento de Estradas de Rodagem - DER - PR. Data da assinatura: 14 de novembro de 1997. Objeto da Concessão: Recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração das rodovias principais e a recuperação, conservação e manutenção dos trechos rodoviários de acesso, mediante a cobrança de pedágio, do Lote nº 3 do Anel de Integração do Estado do Paraná, com trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, no Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no mesmo Estado. O contrato foi contabilizado como ativo intangível.

Índice de reajuste: O reajuste é por meio de cesta de índice de preços setoriais, divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), a saber: (i) INCC: 10%; (ii) IGP-M: 10%; (iii) Índice de Terraplanagem (Coluna 38 FGV): 10%; (iv) Índice de Pavimentação (Coluna 37 FGV): 18,01%; (v) Índice de Ligantes Betuminosos (Coluna 39e FGV): 1,99%; (vi) Índice de Obras de Artes Especiais (Coluna 36 FGV): 20%; e (vii) Índice de Consultoria (Coluna 39 FGV): 30% Data de reajuste: Anualmente em 1º de dezembro. Prazo de vigência: 26 de novembro de 2021.

Não é admitida a prorrogação do prazo da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu a finalização do Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula XXVIII do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; e (f) falência ou extinção da Companhia.

Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a receita e o custo de construção totalizaram R\$28.664, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do Contrato de Concessão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 Provisão para Manutenção, a Companhia tinha a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do Contrato de Concessão.

Dado o fim do Contrato de Concessão ocorrido em 26 de novembro de 2021, em 31 de dezembro de 2021, não há estimativa de valores para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de

engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

(d) Informações adicionais sobre o Contrato de Concessão: A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão foi 26 de novembro de 2021. A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema. Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável. Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Ecocataratas, contra suas sociedades relacionadas, a ECS a EIL, e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias sob a alegação de que o contrato de concessão e seus aditivos seriam nulos, pois seriam produto de conluio ilícito investigados na Operação Integração. O Estado do Paraná e o DER/PR pleitearam tutelas de urgência e cautelar voltadas à abertura das cancelas das praças de pedágio/redução das tarifas, ao depósito ou bloqueio de valores, à decretação de indisponibilidade de bens da concessionária e de suas acionistas e à quebra de sigilo bancário da Ecocataratas. O MPF apresentou manifestação alegando que o acordo de leniência firmado não é capaz de por si só extinguir a ACP; mas que as informações e provas decorrentes do acordo não podem ser utilizadas contra as empresas em outras instâncias. O MPF se manifestou contrário ao deferimento de qualquer medida cautelar contra as lenientes e ressaltou a necessidade de se abater os valores pactuados em eventual futura condenação. Em primeira instância foi indeferida a liminar pleiteada pelo Estado, diante dos argumentos apresentados pela Companhia, seus Controladores e MPF. O Estado do Paraná interpôs recurso acerca da decisão liminar o qual foi negado. A Companhia e as demais empresas apresentaram defesa. Realizada audiência de conciliação sem celebração de acordo. Aguarda-se o prosseguimento do feito. Em 12 de agosto de 2019, a Companhia e suas controladoras Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL"), celebraram acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e estabeleceu que: (a) a EIL ou a ECS devem pagar o valor de R\$30.000 a título de multa prevista na Lei de Improbidade; e (b) a Ecocataratas deve arcar com R\$130.000 de obras e R\$120.000 de redução tarifária. Adicionalmente, a Companhia vem aprimoramento o seu programa de ética e Compliance com o acompanhamento de monitor independente. Também ficou estabelecido no Acordo de Leniência o encerramento, por parte do MPF, dos procedimentos de natureza criminal e das discussões de natureza civil, inclusive em relação a atos de improbidade contra a EIL e suas controladas, bem como a concordância do MPF para a utilização dos valores compreendidos no Acordo de Leniência para compensar eventuais pagamentos que a EIL, a ECS e a Companhia venham a realizar em relação a eventuais ações propostas por autoridades governamentais acerca de fatos tratados no Acordo de Leniência. As obrigações do acordo vêm sendo rigorosamente cumpridas pela Companhia. Em 13 de janeiro de 2021, foi proferida sentença homologando o referido acordo no juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000. A sentença transitou em julgado e o processo foi baixado em 22 de junho de 2021. Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a EIL recebeu notificação prévia encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando o início de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A notificação também foi recebida pela Ecocataratas tendo sido apresentadas as defesas prévias pela Companhia e sua Controladora. Em manifestação nesse procedimento, o MPF defendeu a impossibilidade de se utilizar as informações da leniência para se aplicar sanção ou consequência negativa aos colaboradores em extensão maior do que o que já consta do acordo, solicitando ao Estado a confirmação da integral anuência à impossibilidade de utilização das informações para aplicações de sanções, bem como aos termos do Acordo de Leniência. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a Ecocataratas; (2) determinar a condenação solidária da EcoRodovias Concessões e Serviços - ECS; (3) impor às empresas (Ecocataratas e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 a Companhia apresentou recurso, com o argumento de vícios formais e ausência de fundamentação legal. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral a qual incluiu a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida a Companhia apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador. Independentemente do processo administrativo de responsabilização (PAR), acima mencionado, ainda nesse contexto de medidas adotadas pelo Estado do Paraná em face da Companhia, em 07 de janeiro de 2020 a EIL e sua controlada direta ECS comunicaram ao mercado a ciência da publicação da Resolução CGE nº 67/19, da Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR), que determinou cautelarmente a suspensão temporária do direito da Ecocataratas de participar de novas licitações e celebrar novos contratos com a Administração Pública do Estado do Paraná. A Ecocataratas formulou pedido judicial de liminar para suspender os efeitos da Resolução CGE nº 67/19. O pedido liminar foi negado. Em 11 de dezembro de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, a Resolução CGE nº 78, de 10 de dezembro de 2020 revogando a Resolução CGE nº 67/2019. Em 13 de agosto de 2021 foi publicada a Resolução CGE nº 45, a qual, dentre outras disposições, impôs às empresas (Ecocataratas e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos. A Resolução CGE nº 45 encontra-se com eficácia suspensa em razão da interposição de recurso administrativo pela Companhia. Em agosto de 2020, foi proposta pela Ecocataratas a Ação Ordinária - 5040685-63.2020.4.04.7000 - 1VF Curitiba - visando atacar a metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração, com base na Resolução 003/2019, como forma e regulação dos contratos de Concessão 073/97. Foi deferida liminar favorável à Companhia para que o DER/PR se abstenha de imputar qualquer penalidade às Concessionárias, em decorrência dos autos de infração lavrados, sob o entendimento de que efetivamente houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. A decisão liminar determinou ainda que as Concessionárias promovessem o depósito das multas já impostas pelo Poder Concedente até o momento em que proferida a liminar. DER/PR interpôs recurso, sem sucesso. O DER/PR e Estado do Paraná apresentaram Contestação a qual já foi impugnada pela Companhia. Aguarda-se saneamento do processo. Ainda, no âmbito da regulação contratual Ecocataratas, em setembro de 2020, foi proposta pela Companhia, a Ação 5044220-97.2020.4.04.7000 - distribuída para Juízo Federal da 3ª VF de Curitiba) visando obter o reconhecimento ao direito de reequilíbrio das perdas tarifárias decorrentes da suspensão da cobrança dos eixos suspensos, uma vez que a Lei 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros) foi modificada

continuação

pela MP 833/2018, posteriormente convertida na Lei 13.711/2018), para o fim de estabelecer nova isenção tarifária. Trata-se de alteração normativa superveniente e imprevisível, com reflexos diretos e imediatos sobre a concessão outorgada à Companhia. Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisão em processo administrativo relativo à Ecocataratas na qual determina (i) a suspensão dos futuros reajustes, (ii) a anulação dos últimos aditivos contratuais, (iii) a realização de estudos pelo DER para redução da tarifa e (iv) a comunicação aos demais órgãos estatais de controle e fiscalização. Ecocataratas interpôs ação judicial para anular tais decisões. Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet junto ao TCE, contra Ecocataratas e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Deferida liminar pelo Relator declarando inidoneidade das concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. Apresentada defesa na esfera administrativa. Em 02 de março de 2022 a Coordenadoria de Gestão Estadual apresentou instrução questionando os elementos apresentados pelo denunciante, opinando pela revogação da liminar e opinando pela suspensão do processo até a finalização dos trabalhos por uma Comissão Especial criada no TCE para acompanhar e analisar o encerramento das obras. Ainda opinou pela revogação da medida cautelar. O MP-TCE apresentou parecer concordando com a instrução apresentada. Aguarda-se análise pelo Conselheiro Relator acerca do encaminhamento indicado na instrução. Na ação ajuizada pela Rodovia das Cataratas - Ecocataratas S/A, em face da Agência Reguladora do Paraná - AGEPAR e demais entes (Estado do Paraná), visando a suspensão de todos os efeitos da decisão proferida no âmbito do processo de autotutela instaurado contra a Concessionária, processo nº 5057801-82.2020.4.04.7000 - 5ª Vara Federal de Curitiba-PR, foi concedida liminar favorável à Companhia para determinar a suspensão dos efeitos da Resolução 27/2020 AGEPAR, bem como atos dela decorrentes. Ou seja, estão suspensos os efeitos da decisão do processo de autotutela, inclusive os referentes à necessidade de cálculo de nova base tarifária, suspensão de reajuste tarifário ou suspensão de reequilíbrios contratuais. A AGEPAR opôs recurso à decisão liminar, sem sucesso. Quando da finalização do Contrato de Concessão 073/97 o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR ajuizou ação Civil Pública em face da Ecocataratas pleiteando: (i) implementar sistema de canalização do tráfego nas praças de pedágio (segurança viária) em decorrência da desmobilização e encerramento da concessão; e (ii) estabelecer um cronograma conjunto com o DER/PR para entrega dos bens reversíveis em até 60 (sessenta) dias (decorrente do encerramento do Contrato de Concessão). Foi deferida a liminar para que a Companhia implantasse canalização de acordo com o projeto apresentado ao DER/PR, assim como estabelecesse um cronograma para reversão dos bens em até 60 dias. A Companhia comunicou que já cumpriu a liminar e encerrou a entrega dos bens reversíveis ao Poder Concedente.

17. Provisão Para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.308	1.856	7.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	370	(782)	(412)
(-) Pagamentos	(3.755)	(815)	(4.570)
(+) Atualização monetária	1.174	139	1.313
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.097	398	3.495
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	1.710	1.625	3.335
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	4.599	392	4.991
(-) Pagamentos	(1.227)	(282)	(1.509)
(+) Atualização monetária	226	121	347
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.308	1.856	7.164

a) Processos cíveis: O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$5.649 em 31 de dezembro de 2021 (R\$129.139 em 31 de dezembro de 2020), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) Processos trabalhistas: O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2021, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$554 (R\$365 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão. c) Processos tributários: A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro de 2019, sendo que o acórdão ainda não foi publicado e poderá ser modificado por conta de Recurso Especial a ser apresentado pelo contribuinte. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos de 2016 a 2019, e, 09 de junho de 2021 foi apresentada impugnação ao AIIM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021, foi apresentado recurso voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente a discussão, em 31 de dezembro de 2021 é de R\$232.456 (R\$133.479 em 31 de dezembro de 2020).

18. Patrimônio Líquido

a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é de R\$250.968 representado por 250.968.261 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.. b) **Reserva de lucros - legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo foi absorvido por prejuízos de anos anteriores. c) **Dividendos propostos:** Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram pagos valores a títulos de dividendos e juros sobre o capital próprio, em virtude dos prejuízos apurados em exercícios anteriores.

19. Receita Líquida

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	140.064	155.285
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	167.836	144.312
Vale-pedágio	44.161	36.510
Outras	233	329
	352.294	336.436
Receita de construção (b)	28.664	13.275
Receitas acessórias (c)	10.708	11.225
Receita bruta	391.666	360.936
Deduções de receita bruta (d)	(31.393)	(30.367)
Receita líquida	360.273	330.569

	31/12/2021	31/12/2020
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio	352.294	336.436
Receitas acessórias	10.708	11.225
	363.002	347.661

Deduções		
Cofins (3%)	(10.889)	(10.430)
PIS (0,65%)	(2.359)	(2.260)
ISS (2% a 5%)	(18.045)	(17.266)
Abatimentos	(100)	(411)
	(31.393)	(30.367)

a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. d) Sobre a receita de construção não há incidência de tributos.

20. Custos e Despesas Operacionais - Por Natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	23.262	19.280
Conservação e manutenção e outros	13.841	13.941
Serviços de terceiros (*)	42.814	37.215
Seguros	2.913	1.026
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	5.723	5.843
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15)	(11.750)	15.441
Custo de construção de obras	28.664	13.275
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	148.867	104.071
Locação de imóveis e máquinas	1.569	1.314
Outros custos e despesas operacionais	6.035	11.106
	261.938	222.512

	31/12/2021	31/12/2020
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	238.993	204.208
Despesas gerais e administrativas	22.945	18.304
	261.938	222.512

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, serviços de consultoria, assessoria e engenharia e serviços de limpeza.

21. Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	3.685	2.117
Juros sobre mútuo	612	-
Varição monetária créditos fiscais	12	11
Receita sobre debêntures privada	10.013	4.401
Outras receitas financeiras	72	42
	14.394	6.571
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(1)	(4)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(9.253)	(10.063)
Atualização monetária obrigações fiscais	(1.313)	(347)
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(669)	(306)
Juros sobre arrendamento	(49)	(76)
Outras despesas financeiras	(3.498)	(6.575)
	(14.783)	(17.371)
Resultado financeiro, líquido	(389)	(10.800)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro	47.872	57.923
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	250.968	250.968
Lucro	0,19	0,23

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações.

22. Lucro por Ação
a) **Lucro básico por ação:** O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro	47.872	57.923
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	250.968	250.968
Lucro	0,19	0,23

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações.

23. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (a)	262	4.289
Caixa e equivalentes de caixa	(3.242)	(48.451)
Dívida líquida	(2.980)	(44.162)
Patrimônio líquido (b)	173.553	125.681
Índice de endividamento líquido	(0,02)	(0,35)

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12, 13 e 16. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. Considerações gerais: • A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 87,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (101,0% em 31 de dezembro de 2020). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

	Classificação	Saldo	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Valor justo através do resultado	171	171
Clientes (ii)	Custo amortizado	177	177
Aplicações financeiras (i)	Valor justo através do resultado	3.106	3.106
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	10.816	10.816
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	262	262

(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial. (ii) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (iii) As obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência
Operacional	Capex
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas inter
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros. (i) Risco da taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes. Afim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$79, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade:** Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da TJLP, principais indicadores dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		cenário I provável	cenário II 25%	cenário III 50%
Juros sobre aplicações financeiras ..	Alta do CDI	242	302	363
Juros a incorrer, líquidos		242	302	363

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI	11,65%	14,56%	17,48%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - Dezembro/2021
Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

24. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2021	31/12/2020
Direito de uso - CPC.....	275	2.443

25. Informação por Segmento de Negócio

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

26. Evento Subsequente

Em 02 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral de Debenturistas (do qual a Companhia faz parte), da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., aprovou a alteração da data de vencimento das referidas debêntures de 04 de fevereiro de 2022 para 04 de agosto de 2022. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14 Partes Relacionadas, a Companhia é detentora de R\$163.414 das referidas debêntures.

Conselho de Administração		Diretoria	
Membros Efetivos:	MARCELLO GUIDOTTI RUI JUAREZ KLEIN ALBERTO LUIZ LODI	Diretor Presidente -	RUI JUAREZ KLEIN
		Diretor Superintendente -	SILVIO CALDAS
		Contador:	HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 Tº PR

continuação

Aos Administradores e Acionistas

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizou em novembro de 2021 e, portanto, a Companhia não tem mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2022

pwc PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Palavras cruzadas

Pioneer e Mariner (Nasa)				Em tempo anterior	Entidade palestina liderada por Mahmoud Abbas, em 2021 (sigla)	Resina do guanandi	Cidade gaúcha famosa por seu festival de Cinema
Compositor de "Bachianas Brasileiras"				Reação que classifica a bactéria	Deserto da África do Sul		
Um dos "palcos" da Guerra do Ópio							Que, em "inter-netês"
Local do Castelo Belvedere (Nova Iorque)					Nome, em inglês Doutrina de Hitler		
Aspiração elevada							"A (?) do Povo", de Drummond
Ilha que pertence à Austrália Acusado		Isolado	Hectare (símbolo)			Pesar Idealizou a economia liberal	
Exigência ao se fazer seguro de veículos		O mais caro setor hospitalar (sigla)		Propícios; oportunos			
Esporte radical praticado no Himalaia							O primeiro verbete da enciclopédia
							Osmio (símbolo) Adicionar, em inglês
		Stephanie Kwolek, química inventora do Kevlar		Serviço secreto israelense			
Alinhamento A fêmea do elefante		Leva ao forno		Palco de luta entre sérvios e albaneses	Fronteira natural entre Ásia e Europa		
			O de 90° é 1 (Mat.) (?) Ching, oráculo				"Lamento" do cão Raiva intensa
Lugar aprazível (fig.) Outra vez! Movimento da MPB surgido nos anos 1950				Gesto capaz de substituir palavras		Jargão habitual na fala do gaúcho	
							(?) Boca, bairro de Buenos Aires

BANCO 3/add. 4/name — nani. 6/azados. 8/hong kong — vistoria. 9/adam smith. 22

Horóscopo do dia

ÁRIES 21/3 a 20/4

Com a Lua firme e forte no setor mais positivo do seu Horóscopo, seu charme fica no modo turbo e isso facilita o convívio com os colegas de trabalho. Sua criatividade vai dar um show e pode ter papel importante no serviço, especialmente se lida com clientes ou pessoas mais novas. Você também vai contar com a sorte financeira hoje.

TOURO 21/4 a 20/5

Hoje, seu lado prático deve dar as cartas e você pode se destacar cuidando das tarefas de rotina no serviço. Quem trabalha em casa, seja em home office ou com produtos e serviços para o lar, por exemplo, tem boas chances de melhorar o seu rendimento.

GÊMEOS 21/5 a 20/6

A Lua segue destacando sua energia mental, que fica ainda mais ágil do que de costume. Mas organize melhor os pensamentos antes de falar, só para ter certeza de que os outros conseguem acompanhar sua linha de raciocínio e suas ideias. Se precisa terminar uma tarefa que estava arrastando, a dica é deixar as distrações bem longe e focar no que está fazendo.

CÂNCER 21/6 a 21/7

As finanças seguem contando com ótimas vibes e você pode receber um dinheiro que não esperava. Mas nem por isso dá pra ficar de braços cruzados, aguardando tudo cair no seu colo, viu? Vai ser preciso mostrar empenho e compromisso com o trabalho também.

LEÃO 22/7 a 22/8

Nesta terça, você vai contar com muita vitalidade para cuidar dos seus interesses, inclusive no trabalho. Mas você adora dar ordens pra todo mundo, e por isso, precisa pegar mais leve logo cedo, quando há risco de atritos com pessoas próximas ou mais velhas. Desde que controle esse lado mandão, as coisas logo se ajustam.

VIRGEM 23/8 a 22/9

to na vida profissional quanto em outras áreas mais pessoais. A saúde também precisa de atenção, e se sentir sua energia em baixa, procure se isolar um pouco para se reequilibrar.

Horóscopo nascido em 15 de março

Os nascidos no dia 15 de março são do signo de Peixes com a personalidade em Escorpião indica que você é curioso e possui uma mente investigativa. Com interesse pelo desconhecido, você gosta de explorar novas ideias ou desencavar a verdade. O número principal é o 6 (1 + 5 = 6) e pelo planeta Vênus: Os regidos pelo número 6 tendem a ser carismáticos e até a inspirar adoração nos outros. A influência dupla de Vênus e Netuno (regente de Peixes) confere muito charme às pessoas nascidas em 15 de março, mas também pode torná-las vulneráveis a romances e propensas a se associarem com pessoas instáveis ou questionáveis.

LIBRA 23/9 a 22/10

talvez a manhã comece um pouco tensa e você tenha que lidar com alguns imprevistos, inclusive no trabalho. Mas as coisas melhoram ao longo do dia e o desejo de reunir os amigos e matar a saudade de todo mundo vai dar as caras.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11

Há sinal de alguns atritos em casa pela manhã, mas nada que você precise se preocupar demais. Ao invés de implicar com os familiares, ou de perder tempo com as cobranças e reclamações deles, mergulhe no trabalho e foque sua energia para correr atrás de projetos mais ambiciosos. Pode se surpreender com os resultados que vai conquistar!

SAGITÁRIO 22/11 a 22/12

Seu lado aventureiro e agitado está a todo vapor nesta terça! Errada (o) não está, mas talvez sua atenção fique um pouco dispersa logo cedo. Use a criatividade para descobrir um jeito de gastar o excesso de energia, assim, vai ser mais fácil manter o foco onde for realmente necessário.

CAPRICÓRNIO 23/12 a 20/1

Nesta terça, o desejo de se livrar de tudo o que incomoda fica piscando na sua frente. Seu sexto sentido fica mais afiado que faca de churrasco e você pode ter boas novas com dinheiro. Equilíbrio também é bom, valeu? Principalmente para identificar boas oportunidades e fugir de roubadas.

AQUÁRIO 21/1 a 19/2

Você pode mostrar um lado mais sociável hoje, mas nada de exagerar e sair se reunindo com todo mundo sem observar alguns cuidados, sacou? Tarefas feitas em dupla ou parceria com os colegas prometem resultados melhores à tarde. Embora a manhã peça atenção extra para driblar implicâncias pessoais e disputas, você pode fazer alguns contatos interessantes.

PEIXES 20/2 a 20/3

As estrelas mandam um recado: vai ser preciso muito trabalho duro para dar conta das suas obrigações! E embora possa pintar algum probleminha aqui ou acolá logo cedo, o astral melhora em seguida e você não vai ter dificuldade para manter o foco no trabalho. Mas mesmo com as coisas mais tranquilas, não dê boabeira e mantenha a atenção.

Solução anterior

O	P	P	G	C
C	A	R	A	V
Á	R	N	G	L
B	O	C	H	A
S	E	R	A	L
S	E	R	I	E
M	I	R	P	U
A	P	A	R	T
L	E	R	O	M
C	U	C	A	E
M	A	L	I	C
A	T	C	A	L
U	S	A	R	R
P	E	S	O	A
E	S	C	U	D

DIVIRTA-SE COM SEU FORMATO FAVORITO!

Ja disponível em bancas e livrarias!

CO QUE TEL

Copa do Brasil com semana decisiva

ASSESSORIA/FCC

Cascavel – Os últimos classificados para a terceira fase da Copa do Brasil serão conhecidos esta semana. Quatro deles saem dos confrontos que estão marcados para esta terça-feira (15). Já estão garantidos, Santos, Coritiba, Cuiabá, Juazeirense, Ceilândia e Azuriz. Dois dos jogos de hoje já são duelos tradicionais em outras competições. O Ceará recebe a Tuna Luso e o Guarani enfrenta o Vila Nova, times da Série B.

A Portuguesa, do Rio de Janeiro, quer seguir surpreendendo. O time joga em casa contra o Sampaio Correa e uma vitória garante a classificação. Em Goiânia, o Atlético recebe o Nova Venécia, do Espírito Santo. As estatísticas apontam que há mais de dez anos times dos dois estados não se enfrentam.

Em 2011, foi realizado o único confronto entre os estados e o maior rival do Dragão, Goiás, superou o Vitória-ES, por 4 a 1.

CASCAVEL

O FC Cascavel conhecerá hoje o estádio onde enfrentará o Tocantinópolis. Será a única atividade do time na semana, já que a viagem exigiu uma logística especial, com ida de ônibus até Curitiba, avião até o Maranhão onde ficará hospedado, e só então atravessar a divisa pelo Rio Tocantins para chegar ao interior do estado.

Na noite de domingo (13), a equipe foi de ônibus de Cascavel para Curitiba. Na segunda, pela manhã, o time embarcou em um voo para a cidade de Marabá, no Pará. A viagem de 2.700 quilômetros,



FC Cascavel fez viagem de dois dias até Porto Franco, no Maranhão

ainda teve escala em Brasília, antes de chegar ao destino. Depois, o Cascavel ainda pegou a estrada para mais 300 quilômetros até Porto Franco, no Maranhão, cidade vizinha de Tocantinópolis, onde a delegação

ficará hospedada. Ao todo serão 3.500 quilômetros percorridos somente no trajeto de ida. O time que vencer avança para a próxima fase. O jogo terá arbitragem paulista de Douglas Marques das Flores,

de São Paulo. Os assistentes serão: Miguel Caetano Ribeiro da Costa (1), e Gustavo Rodrigues de Oliveira (2), ambos de São Paulo. O quarto árbitro será Tarcísio Nascimento Matos, do Tocantins.

Cascavel Futsal estreia em busca de hegemonia

Cascavel – Aberta no último sábado, a Série Ouro do futsal paranaense terá a sequência da primeira rodada nesta terça-feira (15), com destaque para a estreia do atual bicampeão Cascavel Futsal. O time começa a caminhada na cidade de Clevelândia, contra o Mariópolis, time estreante na competição.

O objetivo da serpente está bem claro: conquistar o terceiro título seguido e conquistar a hegemonia no estado. “A Série Ouro é a competição estadual mais difícil do Brasil. A gente sabe que é o time a ser batido no momento. Todos os olhos estão voltados para nós. Tudo será ainda mais difícil. A nossa fome terá que ser ainda maior para se manter no alto nível”, destacou o fixo Ernani. Novato no elenco, Lucas Selbach já tem experiência no estadual, e prevê uma missão difícil para a temporada. “É um campeonato duro. Todas as equipes investem bem, inclusive as que não estão na LNF. Os times sempre são competitivos, bem treinados. Sabemos que teremos mais uma competição de alto nível, com muitos jogos, mas nos preparamos bem para ela e queremos brigar pelo título, de novo”, disse o ala Lucas Selbach.

OUTROS JOGOS

A outra partida desta terça-feira também será no sudoeste do estado. O PalmasNet recebe



Cascavel inicia disputa do estadual com o pensamento no título

o Umuarama, a partir das 19h. Nos jogos disputados no fim de semana, o Foz foi derrotado

pelo Pato, por 3 a 1, enquanto o Ampere bateu o Operário Laranjeiras por 5 a 2.

Cascavel domina vagas no Regional de Suíço

Assis Chateaubriand – Os times de Cascavel conquistaram a maioria das vagas entre os 16 classificados para a segunda fase no Campeonato Regional de Futebol Suíço dos Jardins Jussara/Panorama de Assis chateaubriand, a Taça XBet99 2022. Das cinco equipes que iniciaram as disputas, os cascavelenses conseguiram classificar 4 para as oitavas de finais. Os donos da casa vêm a seguir com 3 representantes ao lado de Umuarama, Goioerê e Toledo terão dois representantes cada enquanto Terra Roxa e Cruzeiro do Oeste completam a lista dos classificados. As duas melhores campanhas da primeira fase ficaram

com FT Fercaus de Cascavel que somou 12 pontos, terminando a fase de forma invicta ao lado da Sul Brasil de Umuarama, também com 12. A segunda fase da competição, que acontece no próximo fim de semana, 19 e 20, será disputada no formato mata-mata, quem perder fica fora. Se houver empate, o classificado será conhecido através de cobranças de penalidades máximas. A partir das 14h, jogam Ótica Pontual/Cascavel x TS Porcelanato/Cascavel. Na sequência, entram em campo Sul-Brasil/Umuarama x Tottenham/Terra Roxa; FT Fercaus/Cascavel, KNN/Umuarama e União Goioerê x San Pio/Assis.

JOGAM HOJE

COPA DO BRASIL – 2ª FASE

16h00 Portuguesa-RJ x S. Correa
19h00 Atlético-GO x Nova Venécia
21h30 Ceará x Tuna Luso
21h30 Guarani x Vila Nova

LIBERTADORES – 3ª FASE

21h30 B. Guayaquil x América-MG

COPA SUL-AMERICANA

1ª FASE

19h15 O. Petrolero x Royal Pari
19h15 G. Caballero x Sol de América
19h15 Metropolitanos x Est. Mérida
21h30 U. La Calera x Ñublense
21h30 Melgar x Cienciano

CHAMPIONS LEAGUE

OITAVAS

17h00 Ajax x Benfica
17h00 M. United x Atlético Madrid

ACOMPANHE SUA

CASA MUNDO

DE QUALQUER LUGAR DO

PLANOS A PARTIR DE R\$29,90

ENTRE EM CONTATO COM NOSSA EQUIPE

45 3037 6079

WWW.VIGIVEL.COM.BR

